

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Eduardo Garcia Guimarães

As posturas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos diante de violações emblemáticas: as gestões de Zeid Ra'ad Hussein (2014 - 2018), Michelle Bachelet (2018 - 2022) e Volker Türk (2022 -)

DOURADOS

Dezembro, 2024

Eduardo Garcia Guimarães

As posturas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos diante de violações emblemáticas: as gestões de Zeid Ra'ad Hussein (2014 - 2018), Michelle Bachelet (2018 - 2022) e Volker Türk (2022 -)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Matheus de Carvalho Hernandez.

DOURADOS

Dezembro, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G963p Guimarães, Eduardo Garcia

As posturas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos diante de violações emblemáticas: as gestões de Zeid Ra'ad Hussein (2014 - 2018), Michelle Bachelet (2018 - 2022) e Volker Türk (2022 -) [recurso eletrônico] / Eduardo Garcia Guimarães. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Matheus de Carvalho Hernandez.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

I. Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos. 2. Nações Unidas. 3. Direitos Humanos. I. Hernandez, Matheus De Carvalho. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 5 de dezembro de 2024, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Eduardo Garcia Guimarães** tendo como título “**AS POSTURAS DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS DIANTE DE VIOLAÇÕES EMBLEMÁTICAS: AS GESTÕES DE ZEID RA'AD HUSSEIN (2014 - 2018), MICHELLE BACHELET (2018 - 2022) E VOLKER TURK (2022 -)**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Matheus de Carvalho Hernandez** (orientador), **Dra. Carla Cristina Vreche** (examinadora) e **Me. Suiany Zimermann Bail** (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado **APROVADO**.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente
gov.br MATHEUS DE CARVALHO HERNANDEZ
Data: 06/12/2024 15:14:22-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Matheus de Carvalho Hernandez

Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLA CRISTINA VRECHE
Data: 05/12/2024 16:54:33-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Carla Cristina Vreche

Examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br SUIANY ZIMERMANN BAIL
Data: 05/12/2024 16:58:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Me. Suiany Zimermann Bail

Examinadora

AGRADECIMENTOS

De antemão, dedico este trabalho a cada um de vocês que, de alguma forma, me fizeram chegar até aqui. Eu jamais teria conseguido sozinho.

Agradeço à Universidade Federal da Grande Dourados e ao corpo docente da FADIR por todo o suporte, pelos ótimos professores que tive ao longo dessa caminhada, e pelos ensinamentos, que foram muito além do que consta no plano de ensino.

Agradeço à Marta, Reinaldo, Mauro, Laila, Adriana, e claro, dona Cleuza e seu Alexandre. Também agradeço à Vó Tina, Márcia e Letícia. Vocês foram meus pilares. Por tudo que fizeram por mim, registro aqui o meu eterno muito obrigado.

Ao meu orientador, Prof. Matheus, obrigado pela paciência. Ao Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos e Relações Internacionais, agradeço pelos olhares atentos e o empenho nas correções. Gabriela, Isabele e Luis Felipe, o que vocês fizeram foi além de ensinar.

Agradeço também aos amigos que carrego por essa vida, em especial, Luiz, Pedro, Vitor, Víctor e Felipe.

A Heloíse, meu amor, por cada uma das noites e dias, pelos carinhos e conversas, pelos presentes, bilhetes e histórias.

A meus irmãos, Fernando e Leonardo, por me motivar, mesmo sem saber, a voltar pra casa. Também os agradeço por cada sorriso, por cada abraço, e por me ensinar o valor da vida.

A meus pais, Marcos e Sônia, por toda a luta. Sei que não foi fácil, que não foi bonito. Obrigado por todo seu empenho, por todo amor. Tudo isso foi por nós.

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”

João Guimarães Rosa

RESUMO

Esta pesquisa analisa as posturas de Zeid Ra'ad Al Hussein (2014–2018), Michelle Bachelet (2018–2022) e Volker Türk (2022–), três ocupantes mais recentes do cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em resposta a violações emblemáticas de direitos humanos ocorridas sob suas gestões. Utilizando fontes bibliográficas, relatórios do Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos (EACNUDH) e notícias de grande repercussão, a pesquisa também aborda o conceito de *Naming and Shaming* e declarações de jornalistas envolvidos na temática ONU. Apesar de ocuparem a mesma função, Hussein, Bachelet e Türk adotaram abordagens distintas. Hussein, príncipe jordaniano que renunciou ao título, ficou conhecido por seu tratamento público e agressivo aos violadores de direitos humanos. Bachelet, médica de formação e ex-Presidente do Chile, assumiu um tom discreto e diplomático em seus posicionamentos. Já Türk, advogado austríaco, equilibra a postura crítica de Hussein com a diplomacia de Bachelet. Os resultados indicam que, embora o Alto Comissário exerça influência para promover os interesses da ONU e dos direitos humanos, grandes potências e financiadores frequentemente ignoram suas sugestões, desafiando a estrutura da organização. A pesquisa conclui que a diferença entre uma abordagem pública ativa e uma voz pública discreta reflete a tensão entre Estados e sociedade civil: a postura ativa mobiliza movimentos sociais, enquanto a postura menos vocal, embora menos popular, tende a favorecer o progresso diplomático.

Palavras-chave: Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos, Nações Unidas, Direitos Humanos.

ABSTRACT

This research analyzes the stances of Zeid Ra'ad Al Hussein (2014–2018), Michelle Bachelet (2018–2022), and Volker Türk (2022–), three individuals who held the position of United Nations High Commissioner for Human Rights, in response to emblematic human rights violations that occurred during their respective tenures. Drawing on bibliographic sources, reports from the Office of the High Commissioner for Human Rights (OHCHR), and widely covered news, the research also examines the concept of Naming and Shaming and statements from journalists involved with the UN. Although they held the same position, Hussein, Bachelet, and Türk adopted distinct approaches. Hussein, a Jordanian prince who renounced his title, became known for his public and assertive stance toward violators. Bachelet, a physician and former President of Chile, adopted a discreet and diplomatic tone in her positions. Türk, an Austrian lawyer, balances Hussein's critical stance with Bachelet's diplomacy. The findings indicate that, although the High Commissioner exerts influence to promote the interests of the UN and human rights, major powers and funders often disregard his recommendations, challenging the organization's structure. The research concludes that the difference between an active public stance and a discreet public voice reflects the tension between states and civil society: the active stance mobilizes social movements, while the diplomatic approach, though less popular, promotes diplomatic progress.

Keywords: United Nations High Commissioner for Human Rights, United Nations, Human Rights.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - José Ayala Lasso (1994-1997).....	26
Figura 2 - Mary Robinson (1997-2002).....	27
Figura 3 - Sérgio Vieira de Mello (2002-2003).....	27
Figura 4 - Bertrand Ramcharan (2003-2004).....	28
Figura 5 - Louise Arbour (2004-2008).....	29
Figura 6 - Navanethem Pillay (2008-2014).....	30
Figura 7- Zeid Ra'ad Al Hussein (2014-2018).....	33
Figura 8 - Michelle Bachelet (2018-2022).....	37
Figura 9 - Volker Türk (2022-).....	40
Figura 10 - Mapa de Myanmar.....	48
Figura 11 - Mapa da China com destaque para Xinjiang.....	57
Figura 12 - Mapa do Mar Negro.....	63
Figura 13 - Mapa das antigas fronteiras da OTAN.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de pesquisa.....	70
------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ACNUDH - Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas

CDH - Conselho de Direitos Humanos

CIJ - Corte Internacional de Justiça

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

DH - Direitos Humanos

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

EACNUDH - Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos

EUA - Estados Unidos da América

OHCHR - Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights

OIs - Organizações Internacionais

ONGs Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

SC - Sociedade civil

SI - Sistema Internacional

TPI - Tribunal Penal Internacional

UN - United Nations

UNRWA - Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A ORIGEM DO ACNUDH/EACNUDH: DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTO GLOBAL.....	19
1.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E PROCESSO DE CRIAÇÃO.....	19
1.2. GESTÕES 1993-2014.....	25
2. GESTÕES RECENTES: ENTRE O NAMING AND SHAMING E A QUIET DIPLOMACY.....	32
2.1. ZEID RA'AD HUSSEIN.....	33
2.2. MICHELLE BACHELET.....	37
2.3 VOLKER TÜRK.....	39
3. A VOZ PÚBLICA E O NAMING AND SHAMING.....	44
3.1 EXPOSIÇÃO DOS CASOS.....	45
3.1.2 HUSSEIN, MIANMAR E A HUNGRIA.....	46
3.1.3 BACHELET, VENEZUELA E O CONFLITO COM BEIJING.....	52
3.1.4 TÜRK E OS CONFLITOS ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA, E ISRAEL E PALESTINA.....	58
3.2 ANÁLISE SISTÊMICA DOS CASOS.....	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76

INTRODUÇÃO

Em 1945, após a exposição e digestão das calamidades causadas pelas duas grandes guerras, acompanhadas por inúmeros eventos paralelos que dissolveram a capacidade de se garantir a plenitude, o fomento e a proteção dos direitos humanos no cenário internacional - como o holocausto, os avanços tecnológicos alcançados pela indústria bélica, e os estágios finais e agravos do colonialismo - foi criado um consenso. Temendo que a humanidade caminhasse a passos largos rumo a seu fim, os Estados se reuniram em São Francisco, nos Estados Unidos (EUA), e outorgaram o que mais tarde seria tido como um dos marcos da humanidade e importante pilar não apenas no direito internacional, mas também no universo das relações internacionais: a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nela articulou-se, dentre outros aspectos, como se daria o compromisso de proteção e promoção dos direitos humanos pelos Estados ao redor do globo. Foi com a aprovação do tratado, que a organização ficou conhecida por seu papel em busca do reconhecimento dos direitos humanos como essencial para a paz mundial e a segurança internacional. A Carta foi ainda inspiração para tratados e convenções que convergiram em relação à temática - sendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, sua principal influência -, e estabeleceu a ONU como principal promotora e defensora dos direitos humanos.

Para que o papel atribuído à organização pudesse ser exercido, surgiu-se a necessidade de criar órgãos e entes subordinados a ela, capazes não apenas de estabelecer padrões internacionais, mas também de averiguar desalinhamentos em relação a estes. As ideias para a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) e seu escritório (EACNUDH) começam a surgir a partir deste contexto, contudo, só passariam a ser concretizadas ao final do século XX.

O ACNUDH foi criado em 1993, através da Conferência de Viena, em um momento histórico marcado pelo aumento da atenção global à temática dos direitos humanos após o fim da Guerra Fria. O estabelecimento do órgão foi uma das principais resoluções da conferência, que até hoje é tida como o maior evento internacional na área de direitos humanos.

Na década de 1990, o mundo enfrentava graves desafios relacionados à proteção desses direitos, como os genocídios na Bósnia e em Ruanda. O ACNUDH foi criado com a missão de promover e proteger os direitos humanos em todo o mundo, fornecendo assistência técnica aos Estados, monitorando violações e garantindo a implementação de tratados

internacionais. Uma das maiores necessidades naquele momento era a de fortalecer e assegurar os mecanismos internacionais de proteção e responsabilização.

Diferentemente do que ocorre no direito interno, com a existência de um tribunal - composto por um juiz, um promotor e um defensor-, e capaz de sentenciar ou absolver um réu acometido por uma acusação, o sistema internacional (SI) não possui (ou possuía), em sua essência, tal poder jurisdicional e de polícia. Sua incapacidade de punir, legalmente, outros Estados e entes responsáveis por violações aos padrões antes estabelecidos e amplamente aceitos, foi importante destaque e também motivo de criação do ACNUDH. Portanto, se antes só era possível, dentro de um território soberano, ter um ente capaz de fiscalizar a atuação de outros com relação a violações previamente estabelecidas, hoje, esta realidade se alterou.

O Alto Comissário(a), como é chamado o ocupante do cargo, atua como um promotor de justiça, especializado em direitos humanos, mas em âmbito internacional. Para isso, seu escritório, que conta com orçamento próprio e pessoal capacitado, desempenha função primordial ao avaliar, averiguar e destacar pontos a serem levantados pelo profissional. A forma como o Alto Comissário ou a Alta Comissária endereça as violações varia de perfil para perfil, e por isso, é expresso como pergunta para esta pesquisa: como o Alto Comissário(a) da ONU utiliza sua voz pública na abordagem de violações emblemáticas?

Tendo como objetivo de pesquisa o estudo e a análise de três das mais recentes gestões do mais alto posto de direitos humanos da Organização das Nações Unidas, os cargos de Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos exercidos por Zeid Ra'ad Al Hussein, Michelle Bachelet e Volker Türk, esta pesquisa compara e exemplifica alguns dos mais emblemáticos episódios de violações de direitos humanos que se fizeram presentes dos anos de 2014 - 2024.

Além disso, esta pesquisa também teve como objetivo investigar e analisar os mandatários à frente do ACNUDH, com o intuito de observar se e em que medida houve alteração de postura dos Estados ou dos três mandatários à luz desses mesmos casos, resumindo-os e os organizando em tabelas para uma melhor contextualização.

Com isso, foi possível localizar e comparar alguns episódios, como os casos envolvendo Mianmar e Hungria, nos quais o Alto Comissário Zeid Hussein usou da voz pública para denunciar as possíveis violações de direitos humanos e, na gestão de Bachelet, os casos envolvendo a Venezuela e a China, analisando ainda como o uso da voz diplomática

discreta da Alta Comissária impactou as situações quando comparada com seu antecessor. Para Volker Türk, terceiro ocupante do cargo, visou-se observar quais heranças institucionais, organizacionais e políticas foram herdadas de seus antecessores, e como seu posicionamento referente a casos ocorridos em sua gestão alteraram ou não o comportamento dos violadores junto a sua repercussão internacional.

Analisar como esses episódios repercutiram entre os principais veículos de informação em âmbito internacional foi um dos principais aspectos deste trabalho, pois eles ressoam, muitas vezes, as falas e réplicas do ACNUDH. Refletir de qual maneira o mandato de Hussein e o uso da voz pública interferiram na trajetória do desenvolvimento institucional do órgão juntamente com uma análise sobre a perspectiva diplomática de Bachelet e quais consequências esse contraste entre ambos deixaria para o próximo ocupante do cargo foi essencial para completar a linhagem histórica dos Alto Comissário(a)s, e também para entender o processo e os embaraços na sua tomada de decisões.

Para esta pesquisa foram consideradas, em grande parte, as escassas produções bibliográficas a respeito da temática, os relatórios produzidos e disponibilizados pelo Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos (EACNUDH), e ainda, notícias e outras informações que repercutiram nos grandes grupos de mídia. Elas foram essenciais para mapear o uso e a omissão da voz pública dos Alto Comissários. Também foi utilizada literatura que trata sobre os conceitos e *naming and shaming* - nomear e envergonhar em português -, e declarações, tanto de jornais como de jornalistas envolvidos dentro do universo das Nações Unidas, sendo Jamil Chade¹ e Colum Lynch², duas das principais fontes deste meio.

Naming and shaming foi um conceito tratado pela professora Emilie M. Hafner-Burton, que explica como instituições de direitos humanos podem aplicar diferentes abordagens para referenciar violações de direitos por parte de Estados, atribuindo-os má reputação e desencorajando determinadas práticas ou tipos de comportamento. A ideia central é nomear (*naming*) os responsáveis pelas violações e envergonhá-los publicamente (*shaming*),

¹ Jamil Chade é um jornalista brasileiro especialista em assuntos internacionais. Ele trabalhou como correspondente em Genebra, na Suíça, para o jornal "O Estado de S. Paulo" e para o UOL. Chade é conhecido por cobrir temas como diplomacia, organizações internacionais, direitos humanos e questões globais.

² Colum Lynch é um jornalista norte-americano conhecido por seu trabalho na cobertura de assuntos relacionados às Nações Unidas (ONU) e à política externa dos Estados Unidos. Ele é conhecido por seu papel como repórter e colunista no jornal The Washington Post, onde cobriu questões internacionais, diplomacia e assuntos relacionados à ONU.

buscando mobilizar a opinião pública, governos e organizações internacionais (OIs) para exigir mudanças ou reformas.

Essa estratégia é amplamente empregada por organizações não governamentais (ONGs), como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, bem como por veículos de mídia e instituições como a ONU. Ao tornar as violações públicas, essas entidades esperam criar ou aumentar o custo político, econômico ou social de certas decisões para o infrator, incentivando-o a corrigir as práticas denunciadas.

A literatura utilizada como base para esta pesquisa foi, em grande parte, como mencionado anteriormente, baseada nas escassas produções bibliográficas a respeito da temática, das quais se sobressaem as ideias de Clapham (1994; 2020), Hernandez (2015) e Trindade (1993), responsáveis pela maior produção historiográfica a respeito do ACNUDH. Os autores apresentam uma análise descritiva de grande compreensão histórica sobre os eventos que antecedem a criação do cargo, contudo, além de maior detalhamento, Hernandez (2015) também se debruça sobre um maior número de gestões referentes à posição. Clapham (1994), em sua pesquisa, explora as dinâmicas e detalhes dos desafios políticos e institucionais para as negociações e estabelecimento do ACNUDH, partindo do olhar das ONGs de direitos humanos.

O recorte utilizado para a procura dos casos emblemáticos, ou critério de seleção, foi o de maior impacto na imprensa, e divide-se em dois pontos: o primeiro, parte da ideia de que a temática dos direitos humanos, devido à sua rigurosidade e por ser sensível por natureza, incomoda qualquer Estado; o segundo, considera que o Alto Comissário(a), como principal representante dessa temática, conseqüentemente, incomoda qualquer ator. A escolha dos casos foi feita com o objetivo de agrupar, em um único espaço, situações de diferentes locais ao redor do globo, e que repercutiram nos grandes meios de comunicação.

O marco temporal da pesquisa se inicia a partir da gestão de Zeid Ra'ad Al Hussein, primeiro Alto Comissário a não ser analisado pela obra de Hernandez, e se encerra com a acusação formal da África do Sul ao Estado de Israel na Corte Internacional de Justiça, sob o crime de violação da convenção do genocídio na guerra contra o Hamas, em Gaza.

A delimitação final do trabalho possui essa peculiaridade em alusão à própria criação do Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos, que começou com a finalidade de informar e capacitar as Nações Unidas para prevenir e remediar possíveis atos emblemáticos

de violações de direitos humanos, tal qual o crime de genocídio. A denúncia da delegação sul-africana na maior corte internacional marca o fim da pesquisa, na medida em que provoca uma reflexão acerca das capacidades e competências da organização em lidar, justamente, com as situações que incentivaram sua criação.

Foi buscando explicar o porquê de certos Estados serem frequentes alvos de críticas enquanto outros não, e quais os benefícios (se tiverem) de se tentar persuadir um Estado ou chefe de Estado com o ato, juntamente com o entendimento de até quando é válido usar do *naming and shaming* para com Estados democráticos e qual sua relação quando utilizado com Estados considerados antidemocráticos e/ou ditaduras, que este trabalho encontra sua relevância acadêmica e social.

Como mencionado acima, as escassas produções bibliográficas em torno da temática não apenas interferem na possibilidade de um maior entendimento sobre o assunto, como também geram um monopólio sobre suas fontes de estudo. Existe, na academia, uma grande lacuna sobre *naming and shaming* e sobre o papel do Alto Comissariado para Direitos Humanos, juntamente com uma grande expectativa de que esses termos sejam grandes responsáveis pela formação e atuação da política internacional de grandes chefes de Estados. A relevância desta pesquisa para a academia se encontra na medida em que busca não só agregar conhecimento à temática em falta, como também analisar ou não se este papel atribuído a prática do *naming and shaming* é verdadeiro ou, talvez, exagerado.

Para o âmbito social, conforme o avanço de ondas de extrema direita ao longo dos anos, em especial de 2014 a 2018, diversos temas considerados necessários à humanidade passaram, aos olhos desses novos governantes, a receber menor importância. Entre eles estão tanto o estudo e a compreensão dos direitos humanos quanto o respeito à reputação de certas organizações internacionais. Desse modo, entender como se dá a dinâmica de denúncias a violações até a sua chegada à porta de uma organização como a ONU, nos ajuda tanto a mostrar que a voz da população está sendo ouvida, quanto nos realça o papel de resolução de conflito proporcionado pelas organizações internacionais.

Para o argumento central deste trabalho foi entendido que, sob a égide do direito internacional, o Alto Comissário(a), como agente da ONU, não é capaz de exercer a força para alterar comportamentos, e por isso faz o uso da voz pública, sua principal ferramenta, que se altera conforme a gravidade da violação, o ente violador, e a importância que o Estado que comete a violação tem para as Nações Unidas. Para além, o grau de democracia do Estado

também é fator de importância para análise, visto que, teoricamente, democracias são mais suscetíveis a rompimentos institucionais e promovem maiores retiradas de governantes do que as não democracias, uma vez que suas ações se tornem criminosas ou são fortemente contrárias à opinião pública. Com isso, a pesquisa também se debruça sobre as formas de influenciar o comportamento de nações conhecidas por não serem entes democráticos.

As hipóteses, que podem ser confirmadas ou descartadas por esta pesquisa são: (i) a de o Alto Comissário(a), ao utilizar da voz pública, busca escancarar a problemática, não apenas promovendo mudanças institucionais através dos constrangimentos do *naming and shaming*, como também evidenciando seu papel, enquanto o Alto Comissário(a) que usa a diplomacia opta por mudanças significativas, mas sem o apelo ao fervor público, que pode atrapalhar o processo; (ii) uma vez que o Alto Comissário(a) utiliza da voz pública, ele agrada as organizações da sociedade civil (SC) que auxiliam em seu desenvolvimento, contudo, desagrade Estados e outros entes, que se veem ameaçados, e, ao usar da diplomacia discreta, o Alto Comissário(a) agrada os Estados e facilita a promoção de mudanças, mas desagrade os entes da sociedade civil que o apoiam; (iii) que entes com maior recurso financeiro e/ou membros importantes da organização, como os do Conselho de Segurança da ONU, se veem mais propensos a violar regras amplamente aceitas pelos países e não poupam esforços para reprimi-los quando os papéis se invertem; e (iv) de que a temática de direitos humanos incomoda a praticamente qualquer Estado, e, portanto, o Alto Comissário(a), como principal defensor e representante da causa, incomoda a qualquer ator.

O resultado dessa pesquisa foi a criação de uma tabela, que não só busca comparar as posturas e situações enfrentadas pelos Alto Comissário(a)s, como também estabelece e organiza uma breve estrutura de resumo a respeito de cada um dos mais emblemáticos casos analisados. O apanhado de leituras e pesquisas envolvendo o termo, as estratégias de uso da voz pública e a diplomacia do *Naming and Shaming* também tiveram relevante papel nesta pesquisa.

Sobre a organização desta monografia, além de introdução e conclusão, ela se divide em outros três capítulos. O primeiro, “A origem do ACNUDH/EACNUDH: Direitos Humanos em contexto global” tem como objetivo introduzir e aprofundar o conhecimento do leitor até a compreensão dos fatores que levaram à criação do posto das Nações Unidas e suas funções, juntamente com seus antecedentes históricos e apresentação de gestões institucionais antepassadas.

O segundo, “Gestões recentes: Entre o *naming and shaming* e a *quiet diplomacy*” visa apresentar, de forma profunda, os mais recentes mandatários do cargo, com sua biografia, aspectos importantes na tomada de decisão e uma representação acerca de seu perfil e sua relação com o uso e o desuso da voz pública. Este segundo capítulo dedica um subtópico para cada Alto Comissário(a).

Em seguida, “A voz pública e o *naming and shaming*”, que conta com cinco subtópicos, é usada como principal ambiente para expor o levantamento das discussões a respeito do *naming and shaming* e da voz pública. A exposição dos casos analisados se encontra está neste capítulo. Hussein, Bachelet e Türk contam, novamente, com um subtópico para cada, sendo utilizado para explicar o contexto prévio das violações, antes da manifestação do ACNUDH, as violações e o pronunciamento do órgão e as consequências disso. O último subtópico, intitulado “Análise sistêmica dos casos”, conta com a apresentação da tabela realizada pelo autor, e ainda, com mais espaço para a discussão das consequências em relação aos pronunciamentos e as violações emblemáticas.

1. A ORIGEM DO ACNUDH/EACNUDH: DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTO GLOBAL

As Nações Unidas surgiram com base em um grande ideal de busca pela resolução pacífica de conflitos. Devido a essa responsabilidade, todas as falas e ações que perpassam a organização são interpretadas como um reflexo da própria instituição. Tendo isso em mente, cabe à organização selecionar seus respectivos funcionários e representantes, que, assim, passam por um rigoroso filtro, a fim justamente de tentar identificar lideranças bem alinhadas às políticas da organização.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos é um órgão da ONU voltado à promoção, monitoramento e proteção dos direitos humanos em todo o mundo. Sua criação se deu em dezembro de 1993, meses após a II Conferência Mundial para os Direitos Humanos, em Viena. Seu representante é chamado de Alto Comissário(a), e ele ou ela, recebe sua nomeação por meio do Secretário Geral das Nações Unidas, que tem sua indicação posta à aprovação mediante a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU).

Considerando que, para a Assembleia Geral das Nações Unidas, aqueles ou aquelas que buscam ocupar o cargo de Alto Comissário de Direitos Humanos devem estar cobertos por uma série de elementos, como uma notável posição moral, experiência com direitos humanos, imparcialidade, objetividade e outras atribuições, é esperado que o perfil escolhido seja não só o de um ou uma especialista em inúmeras causas representativas aos direitos humanos, como também o de alguém com uma vasta bagagem em diversas áreas de trabalho³. Podendo assim, dar espaço tanto para membros internos à organização quanto para casos de pessoas com um alto nível e que vêm de fora da instituição.

1.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E PROCESSO DE CRIAÇÃO

A década de 1990 foi, para o campo de estudo e da literatura de Relações Internacionais, um momento de grandes mudanças institucionais. O pós-Guerra Fria trouxe não apenas o fim da disputa bélica entre as duas maiores potências do globo, mas também o encerramento do colonialismo e a consagração da independência de novos países, o surgimento de novas potências econômicas e o desenvolvimento de diferentes *players* e agendas no sistema internacional, juntamente com um maior papel atribuído às organizações internacionais (OIs), organizações não governamentais e outros entes da sociedade civil (SC).

³ Resolução 48/141. Disponível em: < <https://undocs.org/A/RES/48/141> > Acesso em: 18 set. 2024.

Contudo, vale lembrar que os resultados colhidos neste período vieram através de incessantes tentativas de mudança, acompanhado de muito trabalho e desenvolvimento, que foi amplamente discutido e reformado por décadas antes vindas. O processo de criação e aperfeiçoamento do ACNUDH não foi diferente.

Embora datado de 1993, através da Conferência de Viena, os debates para o fomento do cargo do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos já haviam se iniciado há pelo menos 40 anos. Hernandez (2015), em sua tese, discorre sobre as divisões através dos anos quarenta e cinquenta, sessenta, setenta e oitenta. Todos carregados de contribuições que, apesar de não exitosos no primeiro momento, foram cruciais para a formação do cargo como conhecemos hoje.

O processo de criação ocorreu em diversas frentes, sendo enfim consolidado já no pós-Guerra Fria, com a forte liderança estadunidense do presidente Bill Clinton apadrinhando o movimento. A votação, aprovada pela maioria, feita através da Assembleia Geral, garantiu a institucionalização do cargo e de seu escritório, que agora contava com ferramentas potencialmente dispostas para o fomento e proteção dos direitos humanos no mundo. No entanto, os responsáveis pela apresentação da proposta, cerca de 40 anos antes, eram outros: as organizações não governamentais e a sociedade civil voltada ao monitoramento de direitos humanos (Clapham, 1994).

Em 1947, durante a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi sugerido pela delegação francesa à Comissão de Direitos Humanos a criação do cargo do ACNUDH. Apesar do nome, a proposta não contava com um Alto Comissariado desempenhando as mesmas atribuições de hoje. O projeto em questão visava a constituição de um representante similar ao de um procurador geral (*attorney-general*), responsável pela promoção e proteção dos direitos humanos (Alston, 1997). Essa assimilação a cargos como defensor, promotor e procurador era comum à época (Hernandez, 2015, p. 92).

Na prática, a França buscou institucionalizar um sistema de proteção àqueles que haviam tido seus direitos básicos negados e/ou violados, possibilitando, assim, ao procurador geral, a representação e defesa de seus interesses. A proposta falhou e não foi considerada para a associação à Declaração Universal.

Meses após a adoção da Declaração, uma agência internacional intitulada *International Refugee Organization*, responsável por cuidar do alto número de refugiados

oriundos da Segunda Guerra Mundial, apresentou ao Conselho Econômico e Social da ONU (EcoSoc) uma proposta para a criação de um Alto Comissariado independente, cujo papel seria de desempenhar e aprimorar a devida proteção legal para a população migrante. Segundo Hernandez (2015, p. 93), “assim, seguindo a discussão do EcoSoc, a Assembleia Geral decidiu, em 1949, estabelecer um Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) com o grau de independência necessário para desempenhar suas funções, iniciadas em janeiro de 1951”.

Com a aceitação da Assembleia Geral em respaldo à criação do posto de Alto Comissário para Refugiados, uma ONG intitulada *Consultative Council of Jewish Organizations*, visando o amplo fomento do debate em prol dos direitos humanos, adotou o novo termo (Mertus, 2009). O objetivo era propor mudanças à proposta rejeitada anteriormente, que fazia alusão ao cargo do *attorney-general*.

Robert Langer, redator da proposta, viu seu trabalho ser publicado na agenda da Comissão de Direitos Humanos, em abril de 1950. Sua carta colocava preocupação central sobre os direitos humanos, e o postulava como questão de extrema importância para toda a comunidade internacional. Ainda que similar às atuais atribuições do cargo, Langer planejava, além de um Alto Comissário central, a incorporação de outros comissários regionais. (Hernandez, 2015, p. 94).

Havia o temor, por parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), de que o cargo recém institucionalizado pudesse ser usado, ao longo do contexto de Guerra Fria, como um ator estrategicamente influente e capaz de realizar interferências políticas. Na verdade, esse receio foi fator essencial de disputas, e fortemente presente no decorrer de toda a Guerra Fria. A aceitação de uma proposta levada a cabo por organizações não governamentais ocidentais, vista aos olhos da URSS, era a de que, ao consentir com as constituições do acordo, esses estariam agora vulneráveis, primeiro, às advertências de um ente institucionalizado atuante de forma incansável sobre a temática de direitos humanos em seu território, gerando desgaste à imagem internacional do país, e segundo, as interferências políticas internas e externas, que ocasionaram a perda de seu controle interno em matéria de segurança nacional (Clapham, 1994).

Clapham (1994) e Hernandez (2015), principais fontes para a redação deste período, no decorrer de suas pesquisas, ainda menciona fatores como: (i) a URSS se pôs como forte opositora da criação do ACNUDH ao longo de toda a Guerra Fria, elaborando a respeito da

defesa de sua soberania nacional e independência para tomada de decisões internas; (ii) como outras preocupações, tais como o fluxo inviável de queixas, e as capacidades do posto ao adentrar a territórios soberanos para averiguação da situação, eram fatores cruciais para a conclusão do projeto.

Este trabalho, apesar da introdução a historicidade do posto, não se dedica à profunda análise das propostas antecessoras à criação do ACNUDH. Essa primeira contextualização serve apenas como base para o entendimento do que é o órgão, como ele surgiu, e quais foram os principais atores responsáveis por seu fomento. As próximas conjunturas serão abordadas de forma francamente resumida, a fim de guiar o leitor através das principais mudanças no decorrer dos anos, até a enfim chegada da análise de seu objeto de pesquisa⁴.

Ao longo do processo de construção e implementação, os modelos que faziam jus à posição do Alto Comissariado passaram a se desenvolver. Em seus primórdios, nos anos 40 e 50, tendo como principal desafio o fomento, estabelecimento e a aprovação de uma proposta que simbolizasse, para todos, um sinal de uma maior preocupação para com os direitos humanos, e uma promessa de não intervenção em assuntos internos de outros Estados. Outro desafio desse momento se tratava da conscientização em relação às funções, deveres e poderes do próprio cargo. Somente assim a ideia poderia avançar. Nos anos 60, o processo passou a tomar maior coordenação, com a formação de grupos de apoio levemente compostos, diferentemente do que ocorreu na década anterior, com escassos países, isolados, fomentando a causa. Nos anos 70, com a discussão a respeito dos ajustes sofridos, foram descartadas as ideias compostas por um colegiado de comissários, e o ACNUDH passou a tomar forma como um dentre tantos complementos dos mecanismos de direitos humanos. Os anos 80 trouxeram ao corpo da proposta o seu ideal de facilitador, ou seja, um intermediador entre governos e outras partes da ONU (Hernandez, 2015).

Com a chegada da década de 90 e o marco do então fim da Guerra Fria, os ânimos internacionais passaram a distensionar relativamente. Agora, sem a perspectiva de um embate direto entre as duas principais potências do mundo, como havia sido costume pelos 50 anos anteriores, novos atores, causas e ideias passaram a se reerguer, fortificar, e, amparados pela sensação de otimismo preponderante à época, se propagar. Dentre tantos atores que surgiram, as ONGs, organizações internacionais, e entes da sociedade civil voltadas ao fomento e

⁴ Para uma visão histórica detalhada do período recomenda-se a obra de Hernandez (2015).

proteção dos direitos humanos, foram os que mais auxiliaram a reestruturação da proposta do Alto Comissariado (Clapham, 1994).

É importante ressaltar que, os eventos ocorridos na década de 90, sozinhos, ainda que marcantes pelo fim da disputa que tanto bloqueou a ascensão do ACNUDH, não podem ser os únicos responsáveis pelo andamento da proposta. A efetivação do cargo é fruto de um acumulado que, pelos últimos 50 anos, se fortificou, reestruturou, e se adaptou às demais demandas de suas épocas. A União Soviética teve grande influência na não adoção da criação do posto, mas, sem os esforços dos diversos entes e mecanismos de direitos humanos que se desenvolveram até aquele momento, nenhuma proposta poderia ser aceita, por mais otimista que fosse o cenário.

Os esforços para a realização da Conferência de Viena foram baseados nas ideias otimistas que acreditam na inauguração de novos tempos. Contudo, da mesma forma que novos atores e agendas surgiram com o início da década, deveras outras problemáticas os acompanharam. Somente para citar guerras, tivemos três: Guerra do Golfo, Guerra da Bósnia e as Guerras na antiga Iugoslávia. A ascensão do nacionalismo e a violência gerada pelo separatismo étnico, o nascimento de grupos terroristas, o racismo, a xenofobia, a intolerância religiosa e a volta de grupos neonazistas são outros exemplos que novamente afloraram com o fim da Guerra Fria. Pode-se mencionar ainda, o crescimento da disparidade em questões de gênero, aumento da pobreza e o subdesenvolvimento de nações exploradas por sua mão de obra considerada barata.

Em resumo, se no momento de sua proposição, em 1989, a Conferência de Viena estava sendo fortemente influenciada pelos ideais otimistas dos novos tempos, levou apenas alguns anos para que a realidade novamente batesse à porta. Hernandez (2015, p. 154), por exemplo, menciona como até mesmo influentes representantes dos direitos humanos, como Pierre Sané, então Secretário Geral da Anistia Internacional, temiam que a conferência se tornasse motivo de retroatividade na causa, devido ao contexto desfavorável.

O objetivo da Conferência era de, em meio a todas as novas dificuldades e intercorrências desse contexto internacional, formar consenso e reafirmar padrões internacionais no que se diz respeito ao tratamento dos direitos humanos, juntamente com a busca de uma aplicação universal, e de maior eficácia em sua implementação interna e externa (Trindade, 1993). Um outro fator interessante a ser mencionado é o de que, apesar de

contraditório, tendo em vista o quanto este trabalho faz o paralelo entre o posto e a conferência, a criação do ACNUDH não era vista como prioridade naquele momento.

O que proporcionou essa mudança no âmbito da conferência, e que reviveu um tema não apenas complexo, mas que já havia sido discutido e barrado incansavelmente há ao menos 50 anos, foi a atuação de algumas das principais organizações de direitos humanos no mundo: a Anistia Internacional (Hernandez, 2015).

A organização não governamental viu, naquele momento, uma oportunidade única: enquanto os Estados ao longo do mundo não se desempenhavam como representantes da causa, abria-se a chance para o exercício de maior influência no processo decisório, especialmente se feito de forma articulada através de redes internacionalmente conectadas. Esse exercício só pode ser composto devido à maior integração entre as organizações não governamentais e os Estados, visto que agora, com novos temas e agendas, ocorreu também a necessidade de maior inclusão entre os entes, como se deu em Viena.

Entre os entes presentes na conferência, havia, apesar do receio que envolve a complexidade do tema direitos humanos, a necessidade de abordar “algo grande, e de peso político”. A ideia principal era a de colocar em pauta, com destaque, a necessidade de um posto político nas Nações Unidas, “capaz de responder pronta e efetivamente às sérias violações de direitos humanos” (Hernandez, 2015, p. 164).

Um paralelo traçado pelas organizações, e que não apenas justifica a criação do Alto Comissariado, mas também exemplifica sua maior dificuldade de torná-lo institucional é a de que até aquele momento, o único ente com ampla liberdade para apontar e criticar atitudes ou atividades relacionadas à direitos humanos em outros Estado seria o Secretário-Geral da ONU. Portanto, como este seria capaz de exercer esta função, sem que ocorresse o amplo desgaste das relações entre sua figura, a organização e os Estados, especialmente em decorrência de um tema tão sensível e complexo quanto esse?

O surgimento do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos se dá então a partir da ideia de um ente vinculado à organização, com liberdade e peso político para apontar violações, capacidade institucional para resolvê-las, e independência. Associando-se

ainda, a necessidade de imparcialidade, expertise - muitas vezes nutrida pelas organizações não governamentais que auxiliam em sua criação -, e *accountability*⁵.

Como já mencionado ao longo do texto, diferentemente das propostas anteriores, esta foi de fato levada para votação na Assembleia Geral, e um dos principais motivos que explicam o sucesso do projeto foi o posicionamento favorável e priorização da causa por parte do governo norte-americano. De forma resumida, Bill Clinton, democrata e presidente em exercício na época, não apenas buscava uma maior ampliação de sua gestão em assuntos relacionados a direitos humanos, como também se propunha a ser um líder e representante da causa. Este fator, associado às estruturas de poder amplamente vinculadas aos Estados Unidos, como suas redes de influência, e agora somadas à ausência da União Soviética no processo decisório, tornaram possível o aflorar da proposta.

Em 20 de dezembro de 1993, através da aprovação por consenso na Assembleia Geral, foi estabelecida a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos. Seu primeiro representante foi o embaixador equatoriano na ONU, José Ayala Lasso, que teve grande peso político na condução da agenda para o estabelecimento do cargo. Foi nomeado em 1 de fevereiro de 1994, e assumiu o posto em 5 de abril do mesmo ano, curiosamente, dois dias antes de um dos maiores desafios na história da humanidade quando relacionado a questões de direitos humanos: o Genocídio de Ruanda⁶.

1.2. GESTÕES 1993-2014

Desde sua criação, o ACNUDH já foi chefiado por nove Alto Comissário(a)s, sendo José Ayala-Lasso (1994-1997) o primeiro a ocupar o cargo. Lasso ficou conhecido por adotar um perfil mais discreto, sem realizar críticas públicas - motivo que frustrou algumas das ONGs de direitos humanos que tanto lutaram pelo estabelecimento do cargo-, e ao terceiro ano de mandato, sob a luz de uma nomeação ao cargo de Ministro das Relações Exteriores do Equador, seu país natal, renunciou (ONU, 2023).

⁵ A influência das ONGs é tamanha, que não apenas podem ser consideradas responsáveis pela vivacidade do posto, mas também reconhecidas por serem as principais fontes de informações que o alimentam em dias atuais (Clapham, 1994). Se antes os entes encontravam-se isolados nas tentativas de resolução de crises na América Latina, dos conflitos étnicos na Ásia, ou em prol da recuperação de deturpações no continente africano, por exemplo, hoje eles se conectam através de muitas forças tarefas que se encontram amparadas sob um mesmo guarda-chuva. Isso não apenas possibilita a criação de uma força tarefa conjunta, como também proporciona o compartilhamento de informações, e aumenta exponencialmente a capacidade de arrecadação de recursos, captação de pessoas e o desenvolvimento da causa.

⁶ Entenda o genocídio de Ruanda de 1994: 800 mil mortes em cem dias. **BBC**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140407_ruanda_genocidio_ms>. Acesso em: 08 out. 2024.

Figura 1 - José Ayala Lasso (1994-1997)



Fonte: ACNUDH

Como mencionado anteriormente, Ayala Lasso foi nomeado Alto Comissário em fevereiro de 1994, e assumiu o posto em 5 de abril do mesmo ano. O diplomata teve papel fundamental na criação e estabelecimento do posto, com amplo reconhecimento por parte de todos os Estados que votaram a favor de sua incorporação na Assembleia Geral, contudo, o início do atentado que desencadeou o Genocídio de Ruanda provocou forte abalo ao cargo recém institucionalizado.

Devido a sua recente instituição e a falta de acesso a recursos e pessoas, Lasso ficou incapacitado de tomar ações a altura que desejava. Mais tarde, em entrevista ao jornal Washington Post, Lasso afirmou: “*I had not one dollar, not one person in my office, not a single material resource to react.*” (WASHINGTON POST, 1994)⁷. As circunstâncias provocaram, mundo afora, a ideia de que a ONU, com seu recém-criado papel voltado à proteção dos direitos humanos, assistia de mãos atadas a um conflito de tamanha escala.

É importante ressaltar que apesar do perfil discreto de Lasso, sua diplomacia foi fundamental para garantir princípios básicos ao cargo, como o direcionamento de um orçamento adequado e de pessoal especializado (Hernandez, 2015).

⁷Disponível

em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1994/12/27/first-un-commissioner-for-rights-proves-low-key/0c601c45-0c45-4765-844a-5ab3306b8f1c/>. Acesso em: 15 nov. 2024

Figura 2 - Mary Robinson (1997-2002)



Fonte: ACNUDH

A segunda a ocupar o cargo foi Mary Robinson (1997-2002), ex-presidente da Irlanda, que ganhou destaque em âmbito internacional por realizar duras críticas a países violadores de direitos humanos em todo o mundo enquanto presidente. Sendo considerada a Alta Comissária que deu início à voz pública do ACNUDH, também objeto de estudo deste trabalho, Robinson acabou por gerar diversas tensões entre Estados e o Secretário-Geral da ONU na época.

A voz pública utilizada por Robinson, a princípio, não era algo previsto dentro das atribuições de um Alto Comissário(a). Sua inauguração proporcionou uma nova ferramenta para a defesa dos direitos humanos e gerou conflitos com diversas potências, como Rússia, China e Estados Unidos (Hernandez, 2015). Mais tarde sua postura passaria a ser atrelada a outro Alto Comissário, e, dessa vez, objeto de estudo deste trabalho: Zeid Ra'ad Al Hussein.

Figura 3 - Sérgio Vieira de Mello (2002-2003)



Fonte: ACNUDH

O brasileiro Sérgio Vieira de Mello (2002-2003), humanitário de longa carreira nas Nações Unidas, foi o terceiro a ocupar o cargo de Alto Comissário. Vieira de Mello - ou apenas Sérgio, como era chamado -, foi muito popular durante sua gestão. Frequentemente reconhecido por seu carisma e por sua capacidade de apaziguar conflitos de forma diplomática, sua administração contava com grande apoio institucional, sendo inclusive, o motivo que o levou até o cargo.

Contudo, após um ano, com a invasão dos Estados Unidos ao Iraque, em 2003, Vieira de Mello se afastou temporariamente de suas atividades como Alto Comissário, pois foi indicado por Kofi Annan, Secretário-Geral das Nações Unidas na época, a tomar posse como seu Representante Especial no Iraque. Ele era considerado a melhor pessoa para lidar com a situação que ocorria no país naquele momento.

Sérgio veio a falecer, quatro meses após a sua remoção, em agosto de 2003, vítima de um atentado ao Hotel Canal, sede da ONU em Bagdá. Com o falecimento de Mello, quem assume o cargo interinamente é Bertrand Ramcharan (2003-2004) que ficou no posto até a AGNU aprovar, em julho de 2004, a canadense Louise Arbour (2004-2008).

Figura 4 - Bertrand Ramcharan (2003-2004)



Fonte: ACNUDH

Bertrand Ramcharan foi funcionário de carreira das Nações Unidas, com longa experiência e atuação na temática de direitos humanos. O guianense foi, além de um ávido defensor dos direitos humanos, assistente de Mary Robinson durante sua gestão, e teve expressiva atividade na proteção e manutenção dos direitos humanos, sendo também responsável por elaborar denúncias aos Estados que os violassem. Sua atuação como Alto Comissário, mais uma vez, causou tensão entre a organização e os países pertencentes.

A gestão de Ramcharan, apesar de bem representar o posto ao qual foi atribuído, não foi expressiva, e tiveram diversos motivos para isso: (i) o primeiro foi o de que, ao assumir interinamente, Bertrand não passou pelo crivo da Assembleia Geral, como ocorreu com seus antecessores. Essa limitação fez com que o ACNUDH perdesse respaldo político em suas decisões; (ii) como segundo motivo, a gestão de Sérgio Vieira de Mello, em particular, era muito carismática e contava com grande apoio internacional. Era um momento de alto prestígio para o ACNUDH, e a repentina retirada de Sérgio para o Iraque foi também motivo de frustração; e por fim, (iii) Ramcharan não permaneceu no cargo por muito tempo, tendo sua saída efetivada ao final de julho de 2004 (Hernandez, 2015).

Figura 5 - Louise Arbour (2004-2008)



Fonte: ACNUDH

Natural de Québec e ex-Ministra do Supremo Tribunal de Justiça do Canadá (1987-1990), o mandato de Arbour se deu durante um período da chamada “Guerra ao Terror”, e, apesar de seu perfil mais discreto, usou da voz pública para criticar países que violaram os direitos humanos, em especial, o governo norte-americano no combate ao terrorismo.

Foi durante a administração da canadense que o ACNUDH recuperou grande parte de seu prestígio político e institucional. Arbour, “como última indicação de Kofi Annan, aproveitou-se das reformas de direitos humanos da ONU para consolidar um representativo incremento orçamentário e de pessoal para o ACNUDH/EACNUDH” (Hernandez, 2015, p. 18). Sua medida foi fundamental para ampliar todo o trabalho da instituição, “e dar respaldo a sua credibilidade junto a outras instâncias da ONU”.

Esse incremento foi muito importante para consolidar burocraticamente o EACNUDH, pois sedimentou a credibilidade internacional da expertise de seu staff,

base de todo o trabalho da instituição, inclusive dos pronunciamentos públicos condenatórios, dos quais Arbour, tal como Robinson, também se valeu para incidir politicamente, inclusive contra os EUA. Esse fortalecimento também foi importante para desencadear uma guinada institucional na medida em que Arbour viabilizou uma notória expansão de campo, agregando definitivamente ao tradicional ethos de secretariado do EACNUDH uma agenda própria da organização (Hernandez, 2015, p. 18).

Figura 6 - Navanethem Pillay (2008-2014)



Fonte: ACNUDH

Navanethem Pillay (2008-2014), sul-africana e a primeira mulher negra a ocupar o cargo de Alta Comissária, teve seu mandato marcado pelo uso da voz pública na denúncia de violências originadas a partir do *apartheid* em sua terra natal. Pillay foi ainda a Alta Comissária que ficou mais tempo à frente do cargo, com uma renovação de seu mandato por mais dois anos, aprovado pela AGNU (ONU, 2024).

Tendo todo o incremento institucional pautado pelas gestões anteriores como seu suporte, Pillay conseguiu não apenas aumentar ainda mais o respaldo do ACNUDH e de seu escritório, como também consolidou o posto ao papel de influente emissor sobre direitos humanos no cenário internacional. Segundo Hernandez, Pillay foi “amparada por um staff robusto e de alta expertise, que produziu muitos relatórios influentes junto ao Conselho de Segurança. A maioria desses relatórios tiveram consequências políticas e institucionais significativas” (Hernandez, 2015, p. 18).

O primeiro capítulo desta monografia teve como objetivo introduzir o leitor ao que seria a história, a trajetória institucional, as funções, e os desafios do posto de Alto Comissário(a). Sua importância se encontra não apenas na medida em que apresenta cada etapa do processo de surgimento do mais alto posto de direitos humanos, em seu primeiro

subtópico, como também, em sua segunda parte, traça uma linha comparativa, demonstrando atitudes e precedentes, que agora ajudarão a clarificar a visão sobre os posicionamentos que envolvem os próximos ocupantes do cargo.

O comparativo entre as gestões passadas é essencial, visto que assim será possível identificar vínculos comportamentais entre cada um dos Alto Comissário(a)s mais recentes, como ocorre entre Mary Robinson, que inaugurou o uso da voz pública, e Zeid Ra'ad Hussein - Alto Comissário que ainda será apresentado por este trabalho -, e que esteve no cargo de 2014-2018, utilizando por diversas vezes dos mecanismos de embate e confronto do *naming and shaming*. Pode-se citar ainda, a comparação entre Ayala Lasso e Michelle Bachelet, que, por exemplo, foram responsáveis pelo direcionamento do cargo através de uma diplomacia discreta e resolutiva.

2. GESTÕES RECENTES: *ENTRE O NAMING AND SHAMING E A QUIET DIPLOMACY*

Em seu artigo “*Sticks and Stones: Naming and Shaming the Human Rights Enforcement Problem*”, de 2008, a professora Emilie M. Hafner-Burton introduz e conceitua um tema que mais tarde passaria a ser amplamente estudado dentro da Ciência Política, o chamado *naming and shaming* - nomear e envergonhar em português.

Para Hafner-Burton (2008, p. 2), o método consiste em "uma estratégia popular de fazer cumprir as normas e leis internacionais de direitos humanos através de ONGs, de uma mídia noticiosa e organizações internacionais, que publicizam as violações dos países e incentivam reformas". O principal objetivo desse mecanismo é o de aumentar o custo político de uma decisão, associando ao ator uma má reputação. Contudo, ao longo do artigo, a professora avança uma hipótese que vai na contramão do senso comum: a de que países que recebem este holofote, na verdade, não mudam seus comportamentos e nem suas legislações após serem acometidos pelo envergonhamento público.

Hafner-Burton (2008) ainda enfatiza sobre as limitações do *naming and shaming*, e que estes não devem ser seguidos apenas como uma tática de publicidade negativa e de condenação pública, mas que sua prática deve ser advento de uma estratégia mais ampla, que leva em consideração fatores políticos e institucionais. Por si só, a mera exposição dos casos nem sempre resulta em uma mudança significativa. Os impactos do *naming and shaming* dependem, também, de como as organizações não governamentais, organizações internacionais e a sociedade civil selecionam seus alvos (Hafner-Burton, 2008).

Embora esta pesquisa não se adentre nas várias observações de Hafner-Burton, sua conclusão abre caminho para a ideia de que, por serem países diferentes e que possuem sistemas políticos com estruturas e alavancas institucionais divergentes uns dos outros, a prática do ato de nomear e envergonhar passa a não ser amplamente eficaz como se esperava. O que torna seu uso algo relativo à situação que se expressa no momento, ou à maleabilidade da autoridade responsável pelo país afetado, por exemplo.

Como contraposição à ideia exposta e estabelecida pela autora, surge uma outra prática, já conceituada, e que se mostra pragmática. A diplomacia discreta, ou *quiet diplomacy*, utiliza de vetores institucionais, de forma direta e ponderada, para realizar suas mudanças por meio de reuniões e conversas - a portas fechadas - com as autoridades

responsáveis pela situação vigente. O ato de não expor de forma pública promove uma relação de confiabilidade para com os atores promotores da reforma, e de certa forma, na medida em que agrada o “violador”, ao não o mencionar, possibilita um caminho para o progresso tão estimado pela sociedade civil, que deseja ter suas pautas e angústias expostas, ainda que a desagradando por não incorporar seus descontentamentos.

Como já dito anteriormente, a voz pública é a principal ferramenta de trabalho do Alto Comissário(a), e o contraste entre os posicionamentos dos mandatários, que por vezes envolvem usos mais intensos ou amenos dessa voz, do *naming and shaming* e da *quiet diplomacy*, variam de perfil para perfil. Os próximos subtópicos desta seção, portanto, se dedicam a introduzir e abordar um retrato a respeito de cada um dos mais recentes Alto Comissário(a)s, da sua trajetória até a ascensão ao cargo, e, assim, identificando as principais características de seus respectivos perfis, que tanto os destacam. Após essa identificação, as informações serão reunidas em uma tabela, localizada no tópico 3.2, e que será resultado final deste trabalho.

2.1. ZEID RA’AD HUSSEIN

Figura 7- Zeid Ra’ad Al Hussein (2014-2018)



Fonte: ACNUDH

Zeid Ra’ad Al Hussein, nascido na realeza jordaniana, é filho de Ra’ad ibn Zeid, Príncipe e Chefe da Casa Real do Iraque, Síria e Jordânia, família que governa o país. Graduado em Artes pela Universidade Johns Hopkins e doutor em Filosofia pela Universidade de Cambridge, o Príncipe - que posteriormente abdicou de sua posição para assumir o mais alto posto da ONU para direitos humanos - foi um grande mandatário de seu país no âmbito internacional. Representante permanente da Jordânia na ONU, de 2010 a 2014, atuou de maneira incisiva dentro dos órgãos da organização, por vezes presidindo sessões do

Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por outras, auxiliando na criação e no estabelecimento do Tribunal Penal Internacional (TPI) (ONU, 2014).

O diplomata foi ainda, além de Embaixador da Jordânia nos Estados Unidos de 2007 a 2010, Presidente do Conselho de Segurança da ONU. Em janeiro de 2014, chefiou dois comitês do próprio Conselho em relação a regimes de sanções, o primeiro à República Democrática do Congo e o segundo à Libéria. Hussein ainda representou a Jordânia após a Cúpula de Washington sobre Segurança Nuclear, em 2010, dando início a um esforço internacional para atenuar a ameaça do terrorismo nuclear. Diante desse contexto, foi líder em um dos principais pilares do encontro: a formação de equipes de combate ao contrabando nuclear (ONU, 2014).

Seu extenso conhecimento sobre manutenção da paz serviu de apoio para variadas questões. Foi oficial de assuntos políticos na Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), de fevereiro de 1994 a 1996, na ex-Iugoslávia. Em 2004, após inúmeras denúncias de abusos cometidos pelas Forças de Paz da ONU, foi nomeado Conselheiro do Secretário-Geral sobre Exploração e Abuso Sexual. Seu relatório, produzido em 2005, forneceu, pela primeira vez, uma estratégia abrangente para a eliminação da Exploração e Abuso Sexual nas Operações de Manutenção da Paz da ONU, e foi chamado de “revolucionário” por especialistas (ONU, 2014).

Já em 2012, Hussein foi escolhido a dedo pelo Secretário-Geral da ONU, o sul-coreano Ban Ki-Moon, como um dos cinco especialistas para servir em seu “Grupo Consultivo Sênior” sobre reembolsos a países que contribuem com tropas de manutenção da paz (ONU, 2014). Ainda vale ressaltar que, em 2006, Hussein também chegou a concorrer ao cargo de Secretário-Geral da ONU, contudo, quem o ocupou foi o sul-coreano.

Através do reconhecimento pela própria ONU, a experiência profissional de Hussein demonstra sua longa familiaridade com justiça criminal internacional, direito internacional, manutenção da paz da ONU, construção da paz pós-conflito, desenvolvimento internacional e combate ao terrorismo nuclear. Ele desempenhou um papel central no estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, presidindo as complexas negociações relativas aos elementos de crimes individuais que equivalem a genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Tribunais ao redor do mundo agora citam como autoridade a definição de “crimes contra a humanidade” refinada por seus ‘elementos’ (ONU, 2014).

Sendo o sétimo de nove dos Alto Comissários que já estiveram no cargo, o príncipe e diplomata jordaniano Zeid Ra'ad Al Hussein é considerado um dos mais memoráveis no passado recente da organização (The New York Times, 2017). Com o mandato de 2014-2018, o primeiro árabe, muçulmano e asiático a liderar o gabinete do ACNUDH, entrou sob um contexto de mudanças geopolíticas, em grande parte causadas pela primavera árabe⁸ e ascensão da extrema direita às vias políticas e populares ao redor do globo.

Hussein atuou como um ávido defensor da voz pública, dos direitos humanos e dos métodos de *naming and shaming*, utilizando da ferramenta por diversas vezes (The Elders, 2023). Seu perfil mais incisivo gerou críticas a vários Estados importantes no cenário internacional, como os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Rússia e China. A crítica ao primeiro ocorreu quando o Alto Comissário se pronunciou e demonstrou sua preocupação diante da decisão de Moscou de fechar um de seus escritórios que monitoram os direitos humanos (Folha de S.Paulo, 2016). Já o segundo, se deu quando o Alto Comissário solicitou que a China liberasse advogados que foram detidos pelas autoridades daquele país por defenderem os direitos humanos e demonstrou publicamente sua preocupação com os desaparecimentos e prisões que estavam ocorrendo no território (ONU News, 2016).

Uma terceira grande polêmica envolvendo o Alto Comissário girou em torno das críticas disparadas por Hussein a Donald Trump, tanto no período de eleições quanto após o presidente assumir o cargo. Durante seu mandato, Hussein não hesitou em criticar incisivamente o presidente estadunidense, condenando publicamente suas ações e declarações, quando consideradas prejudiciais aos direitos humanos. Para além das críticas à retórica de Trump e suas políticas migratórias, em que Hussein alertou sobre como o discurso populista e xenófobo do presidente era perigoso aos direitos humanos, e ainda, sobre como sua política migratória que separava pais e filhos na fronteira dos Estados Unidos com o México era desumanizante, os embates entre os dois entes tomaram proporções maiores (Estadão, 2018)⁹. Em seu ápice, já com uma postura mais hostil, e em um contexto de ataques à ONU e a todo o

⁸SIMÕES, R. O que foi e como terminou a Primavera Árabe? **BBC News Brasil**, 20 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>>. Acesso em: 08 out. 2024.

⁹ Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/para-onu-comentario-de-trump-sobre-imigrantes-e-racista-e-vergonhos-o/?srsltid=AfmBOodr1BWMf1NJUDCJ0wRkxq1cF2p7fHr59zy-n8cyYlvHcGTI0>. Acesso em: 18 nov. 2024.

sistema internacional, os Estados Unidos optaram por se retirar do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Hussein lamentou a decisão, chamou a política de inconcebível e disse que a saída do país representava um enfraquecimento do multilateralismo e uma falta de comprometimento com os direitos humanos (BBC, 2018)¹⁰. A Casa Branca frequentemente minimizava e rejeitava as críticas de Hussein, acusando-o de parcialidade e de atacar os EUA de maneira desproporcional. Trump e seus aliados também reforçaram a ideia de que as instituições internacionais, incluindo a ONU, não eram eficazes ou justas em relação aos interesses americanos.

Devido à busca por dar luz às violações e a seus responsáveis, Hussein adquiriu uma postura incisiva e de confronto. Seus pronunciamentos, frequentemente, davam destaque para os que não se acovardaram diante de agressões e violências. Além de ficar muito conhecido por confrontar - e até ofender - grandes líderes, sua fama ainda se desenrola com o provocar de tensões tanto internas quanto externas à organização. Mais tarde, esses conflitos de interesses seriam determinantes para levar o Alto Comissário às dificuldades finais de seu mandato. Com a saída do jordaniano, quem assumiu a alta cúpula do escritório de direitos humanos foi a ex-presidente chilena, Michelle Bachelet Jeria.

A saída de Zeid Ra'ad Al Hussein do cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos se deu em meio a um conjunto de fatores. A escolha de não buscar um segundo mandato veio associada a uma série de pressões, tanto internas quanto externas à organização, e, que para Hussein, o impossibilitaram de fazer seu trabalho. Essa decisão foi tida como um reflexo dos desafios de se liderar um cargo que está em constantes embates com Estados poderosos. E, se ao longo de seu mandato Hussein não teve uma gestão tranquila, sua saída passou por polêmicas ainda mais fortes.

Embora a postura crítica e de confronto que tanto lhe foi atribuída por repreender países como Estados Unidos, China e Rússia, além de diversos outros regimes autoritários, e que proporcionaram a Hussein diversos elogios por parte dos defensores de direitos humanos, sua representatividade causou abalos a estrutura do ACNUDH. Para Hussein, sua continuidade no cargo não seria seguida do apoio de entes poderosos nas Nações Unidas, e muito possivelmente, o próximo representante do cargo, para poder cumprir com seu mandato, precisaria adotar uma postura mais diplomática e conciliadora diante de algumas

¹⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44545491>. Acesso em: 18 nov. 2024.

situações, algo que ele não estava disposto a fazer. Ou seja, para governar, o próximo Alto Comissário precisaria se calar (The New York Times, 2017).

Essas informações causaram grande controvérsia porque, a princípio, este seria um comunicado, via email, de direcionamento interno a organização, mas que foi vazado de seu escritório dias antes do final de seu mandato, e causaram grande revolta dentro das Nações Unidas, especialmente porque, mais tarde, sua sucessora viria a adotar um perfil cada vez mais discreto (Foreign Policy, 2017).

2.2. MICHELLE BACHELET

Figura 8 - Michelle Bachelet (2018-2022)



Fonte: ACNUDH

Michelle Bachelet Jeria, além de médica de formação, ex-ministra da Saúde (2000-2002), ex-ministra da Defesa (2002-2004), e que por duas vezes ocupou a presidência do Chile, de 2006 a 2010 e de 2014 a 2018, foi uma forte promotora dos direitos humanos e dos mais vulneráveis em seu mandato (ONU, 2018). Entre suas muitas conquistas, destacam-se as reformas educacional e tributária, bem como a criação do Instituto Nacional de Direitos Humanos e do Museu da Memória e dos Direitos Humanos, a criação do Ministério da Mulher e Igualdade de Gênero, a adoção de cotas para aumentar a participação política das mulheres e a aprovação da legislação da Lei da União Civil, concedendo direitos aos casais homossexuais e, assim, avançando nos direitos LGBT+ (ONU, 2018).

Bachelet ainda se tornou a primeira presidente pró tempore da União de Nações Sul-Americanas e a primeira encarregada da ONU Mulheres, agência das Nações Unidas para a igualdade de gênero.

Parceira de longa data de inúmeras organizações internacionais, Bachelet manteve contato com muitas das entidades desde 1990. Em 2010, ela presidiu uma iniciativa conjunta

entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), que buscava a promoção de estímulos a políticas sociais, crescimento econômico e a coesão social (ONU, 2018).

Sua trajetória política e ampla atuação no setor humanitário teve início ainda muito cedo, durante sua graduação em medicina, quando atuou como líder estudantil. Bachelet teve seus estudos interrompidos pelo Golpe Militar no Chile e foi torturada por ser oposição ao regime de Pinochet. Seu pai, Alberto Bachelet, brigadeiro-general da Força Aérea do Chile e membro do governo da Unidade Popular, liderado por Salvador Allende, além de torturado, foi morto pela ditadura chilena. Foi em meio a esse contexto que se deu a fuga e exílio de Bachelet e de sua mãe para o exterior (Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile, 2023).

Quando regressou ao Chile, agora com mais consciência do nível de violações que estavam sendo cometidos, Bachelet retomou seus estudos na faculdade de medicina e sua atuação em prol da defesa de direitos humanos. A volta da democracia no país garantiu a ela uma participação nas atividades políticas, que contribuíram para sua vida e atuação no âmbito governamental (Biblioteca Del Congreso Nacional de Chile, 2023).

Após deixar a presidência, em 2010, a chilena - formada em Medicina e Cirurgia, com especialização em Pediatria e Saúde Pública, e que também estudou estratégia militar na Academia Nacional de Estratégia e Política do Chile e no Colégio Interamericano de Defesa nos Estados Unidos (ONU, 2018) -, ocupou o cargo de Subsecretária Geral e Executiva da ONU Mulheres (ONU Mulheres Brasil, 2022), e em 2018, consagrou-se como a oitava Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos.

No cargo, a postura de Bachelet ficou marcada pelo uso diplomático da voz pública, muitas vezes confundido ou lido como fraco ou ameno quando comparado com a de seu antecessor, linha de diálogo muito importante para a manutenção das tensões internas sem a exaltação de ânimos como havia anteriormente. A linhagem de comunicação relativamente calma, organizada e com a priorização do uso das ferramentas jurídicas e burocráticas disponíveis, marcou seu mandato pelo contraste ao de Hussein, devido ao seu uso discreto da voz pública.

Um exemplo dessa situação foi quando, após vincularem notícias a respeito de possíveis violações de direitos humanos na Venezuela, seu escritório produziu e publicou um relatório descrevendo terríveis situações retratadas e, ao invés de atacar o governo de Nicolás

Maduro, a Alta Comissária o alertou sobre a problemática, organizou reuniões e conversas fechadas, agendou visitas e disponibilizou pessoal tanto para a investigação e averiguação das situações encontradas em questão quanto para a formulação de um novo relatório técnico (ONU Brasil, 2019).

Um outro exemplo de sua postura diplomática se deu em 2019, após sofrer uma série de comentários ofensivos por parte do então presidente brasileiro Jair Bolsonaro. Bachelet, que na época comentava sobre o aumento de queimadas na região amazônica, foi vítima dos comentários do mandatário não apenas na medida em que recebeu insinuações sobre uma possível tentativa da Alta Comissária de desrespeitar a soberania brasileira no tratar de seus assuntos internos, mas também, ao ouvir elogios à ditadura de Pinochet, responsável pela morte de seu pai (Globo, 2019). Neste caso em específico, o presidente mencionou explicitamente Alberto Bachelet, pai da Alta Comissária, mas Bachelet não revidou os comentários, não fazendo menções ao acontecido.

Entretanto, ainda que suas ações possuíssem um caráter resolutivo, elas nem sempre estiveram acompanhadas de reações com a mesma essência por parte de outros Estados, por exemplo, como ocorreu com a China, em 2022. A situação em questão, que será abordada ao longo deste trabalho, e na tabela do item 3.2, intitulado “Análise sistêmica dos casos”, faz jus a uma denúncia feita através de imagens de satélite, que captaram a construção do que seriam campos de extermínio no interior do país. Seguindo sua postura usual, Bachelet entrou em contato com as autoridades do país para discutir o caso, conseguindo, até mesmo, algo inédito no passado recente da organização: o agendamento de uma visita de especialistas das Nações Unidas à China para averiguação da situação. Contudo, o constrangimento passou a ser instaurado à medida que se aproximava da data para a divulgação do relatório, feito durante a viagem.

Foi a partir do posicionamento do governo chinês em relação à divulgação do relatório que se observou uma drástica alteração no perfil da Alta Comissária, também influenciada por outras questões, como a proximidade com o final de seu mandato, fazendo com que sua postura diplomática fosse, por um momento, substituída pela execução de uma voz pública e ativa, tal qual seu antecessor.

2.3 VOLKER TÜRK

Figura 9 - Volker Türk (2022-)



Fonte: ACNUDH

Volker Türk, o novo nome escolhido e que assumiu o cargo em 17 de outubro de 2022, sucedendo a antiga Alta Comissária Michelle Bachelet, é um advogado austríaco, mestre em direito pela Universidade de Linz e doutor em direito internacional pela Universidade de Viena. Sua tese de doutorado abordou o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e em 1992, foi publicada pela editora acadêmica alemã Duncker & Humblot, em Berlim (Guimarães, 2024).¹¹

O novo Alto Comissário¹² tem um longo histórico de dedicação no tratar da proteção internacional dos direitos humanos de pessoas mais vulneráveis, com destaque para o caso de refugiados e apátridas. Türk já ocupou diversos cargos dentro da ONU, inicialmente funções no ACNUR, que o faziam atuar em variados países como representante da organização na Malásia, Chefe Adjunto da Missão no Kosovo e na Bósnia-Herzegovina e ainda, Coordenador Regional de Proteção na República Democrática do Congo e no Kuwait (ONU, 2023).

Türk também ocupou cargos importantes na sede do ACNUR, em Genebra, atuando como Chefe de Seção, Política de Proteção e Assessoria Jurídica de 2000 a 2004; Diretor de Desenvolvimento e Gestão Organizacional de 2008 a 2009; e Diretor da Divisão de Proteção Internacional de 2009 a 2015. Após esse período, ele se tornou Assistente do Alto Comissariado para Proteção de Refugiados da ONU, quando, segundo a organização:

¹¹Para mais informações sobre Türk, verifique o artigo do próprio autor, publicado na Revista Relações Exteriores. Disponível em:

<<https://relacoesexteriores.com.br/volker-turk-perfil-e-trajetoria-do-novo-alto-comissario-das-nacoes-unidas-para-direitos-humanos/>>. Acesso em: 9 out. 2024.

¹² Diplomata austríaco Volker Türk é nomeado alto comissário da ONU para os Direitos Humanos. **O Globo**. 08 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.com/mundo/noticia/2022/09/guterres-indicara-austríaco-volker-turk-como-alto-comissario-de-direitos-humanos-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

“desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do marco do Pacto Global sobre Refugiados” (ONU, 2019).

De 2019 a 2021, Volker Türk atuou como secretário-geral adjunto para coordenação estratégica no escritório executivo do chefe da ONU e, posteriormente, como o então Subsecretário-Geral para Políticas no Gabinete Executivo do Secretário-Geral das Nações Unidas. Durante o exercício desse cargo, coordenou um trabalho de força política global na “Chamada à Ação Pelos Direitos Humanos”, plataforma que “promove discussões, engajamentos e conscientização de empresas, governos e do terceiro setor sobre práticas de valorização dos Direitos Humanos” (Pacto Global, 2022). Türk ainda comandou o relatório “Nossa Agenda Comum”, do Secretário Geral, que buscou enfrentar desafios globais que exigem uma ação interconectada.

Além de seu histórico de trabalho na ONU, Türk é poliglota, tendo o domínio de línguas como alemão (devido a sua nacionalidade austríaca), inglês, francês e com conhecimento em espanhol. Türk ainda, em maio de 2016, recebeu o “Prêmio de Direitos Humanos”, concedido pela Universidade de Graz. Tal premiação, que ocorre desde 1992, tem como função, segundo a universidade, de “reconhecer serviços excepcionais prestados à liberdade, à justiça e à paz” (Schweiger, 2016), e até o respectivo momento, havia disponibilizado apenas seis concessões como essa, atribuindo ao novo Alto Comissário o mesmo prêmio que há tempos havia sido outorgado também a Dalai Lama.

A indicação para a premiação de Volker Türk foi feita através do Professor e chefe do Centro de Treinamento e Pesquisa em Direitos Humanos e Democracia, Dr. Wolfgang Benedek, que após a recomendação, afirmou:

O prêmio visa homenagear a personalidade marcante de Volker Türk, que se dedicou a proteger refugiados em todo o mundo por 25 anos, e enfatizar o papel central do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no apoio aos refugiados (Benedek, 2016).

O prêmio foi entregue pela reitora e professora Dr. Christa Neuper - primeira mulher a ascender ao cargo de reitora da Universidade de Graz em todos seus 426 anos de história. Após a cerimônia, Türk dedicou o prêmio a todos aqueles assolados pela guerra e que sofrem em busca de proteção em meio às perseguições sofridas:

Com mais de 60 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo, é mais importante do que nunca prestar atenção especial à proteção dos refugiados. Gostaria, portanto, de agradecer do fundo do coração ao Senado da Universidade de Graz por sua escolha. A proteção dos refugiados é um pilar muito importante dos direitos

humanos e não apenas salvou milhões de vidas nas últimas décadas, mas também lhes deu a chance de um novo futuro. Nesse contexto, também gostaria de parabenizar a Universidade de Graz por seu compromisso com os refugiados e na área de direitos humanos (Türk, 2016, tradução nossa).

A repercussão da indicação de Volker Türk como Alto Comissário foi um tanto quanto dividida. Uma das razões para tal foi o perfil mais discreto do então advogado. Até poucas semanas antes, Türk não tinha nem mesmo uma conta no Twitter e, apesar de sua longa história na organização, “seria relativamente difícil reconhecê-lo pelos corredores de Genebra” (Devex, 2022). Outro fator importante que pode se somar a isso é o da própria natureza do cargo, que é visto não só como um importante pilar, mas que deve ser independente, com uma figura pública capaz de exercer influência no comando e disposta a lutar pelos direitos humanos de forma a impor sua voz sem medo de retaliação. Tais atributos, para alguns grupos de direitos humanos, não são tão bem desenvolvidos no perfil do atual Alto Comissário, ainda mais quando comparado aos antigos ocupantes do cargo.

Após a nomeação de Türk, grupos como a Human Rights Watch e a Uyghur Human Rights Project imediatamente o parabenizaram em suas redes sociais, mas também pediram sua atenção para diversos temas, em especial o acompanhamento do relatório deixado por Bachelet, que expôs os abusos sofridos pelos povos uigures na província de Xinjiang, na China. A Human Rights Watch ainda pediu que Türk esteja disposto a denunciar todos aqueles que infringem os direitos humanos, mesmo que estes sejam aliados dos Estados Unidos, o maior financiador da ONU.

Entretanto, possivelmente, parece ser com certo receio de uma possível retaliação em mente, que o Secretário Geral António Guterres tenha optado por esse perfil mais discreto e alinhado de Türk. O austríaco já demonstrou por diversas vezes, em seu trabalho de campo, um perfil diplomático e sua influência na liderança, que preza o auxílio humanitário ao invés da crítica àqueles que são responsáveis ou co-responsáveis por crises político-humanitárias. E esse viés mais humanitário que o advogado carrega parece ser essencial para Guterres, ainda mais quando voltamos um pouco no tempo e observamos as discussões desencadeadas pelos antigos Alto Comissários Zeid Al-Hussein e Michelle Bachelet, não apenas pelos contrastes tão diferentes nas políticas de denúncias a crimes contra os direitos humanos, mas também pelas complicações que causaram ao atual Secretário Geral.

O segundo capítulo deste trabalho teve como objetivo apresentar ao leitor as mais recentes faces que assumiram o posto de Alto Comissário. Suas histórias e comportamentos e,

mais importante, a introdução aos casos abordados em suas gestões e o primeiro olhar a forma como eles optaram por lidar com a situação, se tornam essenciais na medida em que servem de base, agora mais firme, para a profunda compreensão do trabalho. Traçar um perfil para cada Alto Comissário(a) é algo que vai além de considerar apenas seu passado. No caso de Bachelet, por exemplo, há todo um aporte anterior que influencia a mídia e a sociedade civil na percepção de suas decisões. A herança institucional deixada pelo Alto Comissário Hussein, neste quesito, foi incisiva.

O paralelo entre as abordagens do *naming and shaming* e da *quiet diplomacy*, juntamente ao uso e desuso da voz pública por parte do Alto Comissário(a) e a alusão de cada mecanismo a um perfil de mandatário específico, são tópico importante deste trabalho por duas razões: a primeira pois, naturalmente, em um cenário comparativo entre algumas opções, é habitual esperar que uma se sobressaia; a segunda pois, neste mesmo cenário, busca-se entender, em meio aos desdobramentos proporcionados pelo uso dos mecanismos citados, quais foram as alterações sofridas e em que medida foram identificadas e evidenciadas, mudanças comportamentais em cada um dos perfis e situações.

Para encontrar as respostas desses dois pontos, foi necessário desenvolver todo um aporte de pesquisa, que desmembrou e analisou cada um dos casos emblemáticos encontrados, e junto a isso esquematizou, na tabela da análise de casos, o comportamento dos mandatários. Como já mencionado, as notícias e outras informações que repercutiram nos grandes grupos de mídia foram essenciais para mapear o uso e a omissão da voz pública dos Alto Comissário(a)s em cada uma das seguintes situações.

3. A VOZ PÚBLICA E O *NAMING AND SHAMING*

Dentro do direito internacional, há uma série de princípios regidos não apenas por Estados, mas também por organizações internacionais, que visam assegurar que as práticas exercidas em meio a esse conjunto de nações sejam respeitadas. Para Trindade (2017), dentro do sistema internacional, há um agrupamento de normas amplamente respeitadas pelos Estados que fazem parte e das quais podem ser citadas: soberania dos Estados; igualdade jurídica entre as nações; não-intervenção nos assuntos internos de outros países; solução pacífica de controvérsias; dever de cooperação internacional; igualdade de direitos e autodeterminação dos povos; boa-fé no cumprimento das obrigações internacionais, e por fim, o princípio da não-agressão.

A renúncia ao uso da ameaça e da força nas relações internacionais, junto ao desestímulo à violência, é fruto do entendimento de que, com a priorização da manutenção da paz e segurança, associada à necessidade de uma boa convivência entre os Estados, deixa-se de haver espaço para manobras e interferências em fronteiras alheias. O que significa, nada menos, do que respeitar os princípios citados acima, definidos na Carta da ONU.

Contudo, ainda que havendo o desrespeito dessas normas, a obrigação de uma resolução livre de embates físico-militares continua estabelecida. Em casos mais específicos, como o de organizações internacionais e entes burocráticos, que por vezes dependem do financiamento de Estados, tal qual o ACNUDH - que tem como missão a defesa dos direitos humanos -, o trabalho torna-se cada vez mais complexo. Uma das formas encontradas por essas OIs foi o chamado *naming and shaming*, que tenta, através da publicização de pessoas, grupos, governos ou entidades que fizeram algo errado ou criminoso, desencorajar tais atitudes e modificar comportamentos.

Essa tática, que se tornou viável devido às limitações impostas pelo direito internacional, foi muito utilizada no espectro do Alto Comissariado da ONU. Desde os primórdios do comissariado, a sobrevivência da entidade se baseava na capacidade de defender os direitos daqueles que foram violados, ouvindo sua angústia e as representando através das ações propostas pela organização. No momento em que a sociedade civil - que alimenta esse ente com informações - não se vê mais representada, abre-se a possibilidade de um desestímulo em relação a continuação daquela organização, que, na visão dos Estados, quando alvos da publicização, por vezes é tido como algo de caráter custoso, burocrático, e gerador de conflitos.

3.1 EXPOSIÇÃO DOS CASOS

Em meio a denúncias de violência e restrições de direitos humanos, o diplomata jordaniano, respeitado, que abdicou do cargo de príncipe para assumir o posto de Alto Comissário, e que já possuía uma larga experiência atuando dentro dos órgãos do sistema onusiano, é fortemente lembrado em razão de suas críticas duras e diretas aos membros que infringem as leis humanitárias. A ex-presidente Michelle Bachelet, utilizando de sua experiência pregressa como primeira magistrada do país, frequentemente recorreu ao uso de uma linguagem e de uma ação diplomática na hora de realizar críticas a governos e governantes responsáveis pelas infrações. Proporcionando uma linha de conversa vista como mais amigável e menos afrontosa para com outros líderes, quando comparada a Hussein, muitos grupos de direitos humanos e da sociedade civil veem as medidas da Alta Comissária como uma resposta fraca diante das muitas atrocidades e repressões cometidas (Tibet Network, 2022).

Embora tenham utilizado dos vetores institucionais do ACNUDH para desenvolver e tratar de direitos humanos dentro e fora das Nações Unidas, tanto o jordaniano quanto a chilena propuseram diferentes maneiras de se relacionar com as políticas diplomáticas mundo afora. Ainda que, às vezes, os papéis tenham se invertido, ao ponto de que um viesse a aderir um tom mais fraco ou moderado, e o outro um mais severo, ambos tenderam a seguir um certo padrão. Seus discursos, quando atribuídos e analisados a certos casos emblemáticos, perpassam com clareza a ideia central e os contrastes explicados anteriormente por este texto, juntamente com o posicionamento de cada um dos Alto Comissário(a)s.

Para Hafner-Burton, que dita uma linha de pensamento próxima a de Bachelet, “[...] Nomear e envergonhar raramente é seguido pela cessação do terror político e, paradoxalmente, às vezes é seguido por mais” (Hafner-Burton, 2008, p. 691, tradução nossa). Em antítese a essa ideia, Franklin (2015), fala sobre como as críticas internacionais e a atenção aos direitos humanos podem ajudar a alcançar mudanças em Estados repressivos, aumentando a chance de os governos reduzirem possíveis repressões. O contraste entre ambos citados, também conhecidos por serem defensores de direitos humanos, exemplifica, com complexidade, as dificuldades de conciliação necessárias para a liderança do cargo.

Para a escolha dos casos que virão a ser analisados nos próximos subtópicos, fez-se um recorte temporal que teve início a partir do mandato de Hussein e foi até a data da acusação formal da África do Sul ao Estado de Israel na Corte Internacional de Justiça. Na

procura das violações emblemáticas foi levado em conta uma das hipóteses descritas no início deste trabalho: a de que a temática de direitos humanos incomoda a qualquer Estado, e, portanto, o Alto Comissário(a), como principal representante da causa, incomoda a qualquer ator.

Com base nesses critérios, foram procuradas violações de direitos humanos em várias partes do mundo, que tenham obtido grande enfoque midiático, indo desde países considerados desenvolvidos até Estados ditos como de Terceiro Mundo, representando nações subdesenvolvidas e/ou emergentes. Com exceção do continente africano, todas as outras regiões tiveram um ou mais casos expostos. Foram selecionadas conjunturas envolvendo a América do Norte, com destaque para os conflitos entre Trump e o Governo dos Estados Unidos contra Hussein, a ONU, e o sistema internacional. Na América do Sul, os embates envolveram Bachelet, o Brasil, e a Venezuela. Na Europa, o governo de Viktor Orbán, da Hungria, obteve grande destaque, e, logo à fronteira, na Eurásia, o conflito entre Rússia e Ucrânia também se tornou palco de análise. A Ásia teve duas detalhadas observações envolvendo possíveis casos de limpeza étnica no continente: uma em Mianmar e outra na China. O conflito entre Israel e Palestina foi palanque de análise na exploração pelo Oriente Médio.

Com a conclusão deste terceiro capítulo e ao final da análise dos casos, já com a completa estruturação da tabela, espera-se obter uma resposta para a pergunta de pesquisa, que visa entender como se dá o uso da voz pública na resolução de violações emblemáticas de direitos humanos. A tabela de pesquisa, cerne deste trabalho, se encontra no último subtópico, no item 3.2, “Análise sistêmica dos casos”. Ela condensa as principais informações a respeito das observações decorridas no texto e abre espaço para a discussão das consequências em relação aos pronunciamentos e as violações emblemáticas, que serão feitas nas considerações finais.

3.1.2 HUSSEIN, MIANMAR E A HUNGRIA

Como já mencionado ao decorrer do trabalho, o perfil mais incisivo de Hussein gerou críticas a vários Estados importantes no cenário internacional, como os membros permanentes do CSNU, a exemplo, a Rússia, quando o então Alto Comissário se pronunciou e demonstrou sua preocupação quando o país decidiu fechar um de seus escritórios que monitoram os direitos humanos em Moscou e como o fechamento do escritório diminuiria o espaço de atuação de defensores de direitos humanos e ONGs no país. Outro membro permanente do

órgão que foi alvo de críticas de Hussein foi a China: o Alto Comissário solicitou que o país liberasse advogados que tinham sido detidos pelas autoridades chinesas por defenderem os direitos humanos e demonstrou publicamente sua preocupação com os desaparecimentos e prisões que estavam ocorrendo no país.

Na sua atuação, além das complicações com Viktor Orbán - que serão melhor analisadas posteriormente -, Hussein criticou outros governos e políticos, como o ex-Presidente norte-americano Donald Trump, enquanto este ainda era candidato à presidência dos Estados Unidos, o que era bastante incomum, pois a ONU, historicamente, não se posiciona ou se pronuncia acerca de pleitos eleitorais nacionais. Hussein declarou que Trump representava um perigo global, e que sua campanha sobre o uso da tortura e sobre comunidades vulneráveis eram “profundamente inquietantes e alarmantes”¹³ (G1, 2016).

Um outro comentário do Alto Comissário que provocou fortes tensões entre o presidente norte americano e a ONU, ocorreu devido as políticas migratórias de Donald Trump. Em 2018, uma forte crise migratória afetou a fronteira entre o México e os Estados Unidos. Nesse período, registrou-se um aumento significativo no número de migrantes oriundos da América Central, especialmente de países como Honduras, El Salvador e Guatemala, que tentavam entrar nos Estados Unidos fugindo da violência, pobreza e instabilidade política em seus países de origem. Muitos desses migrantes viajavam em grandes grupos, conhecidos como "caravanas de migrantes", o que gerou ampla cobertura midiática e intensificou o debate político sobre o tema (O Globo, 2019)¹⁴.

Na época, a administração de Trump havia implementado um regime de tolerância zero que criminalizava a entrada ilegal no país. Uma das principais consequências dessa política foi a separação de pais e filhos, pois os adultos que cruzavam a fronteira eram detidos, enquanto crianças que os acompanhavam eram separadas e colocadas sob custódia de instituições governamentais. Essa prática, que gerou indignação nacional e internacional, foi amplamente criticada por organizações de direitos humanos, congressistas e pela comunidade internacional. O Alto Comissário Hussein teve importante papel neste cenário, com críticas

¹³ Chefe de Direitos Humanos da ONU diz que eleição de Trump é perigosa. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2016/noticia/2016/10/chefe-de-direitos-humanos-da-onu-diz-que-eleicao-de-trump-e-perigosa.html>>. Acesso em: 8 set. 2024.

¹⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/refugiados-climaticos-aumentam-caravanas-da-america-central-aos-eua-23620383>. Acesso em: 20. nov. 2024.

incisivas à postura do presidente, e às suas políticas migratórias. Hussein chegou a pedir para que Washington suspendesse essa “política impiedosa” (G1, 2019)¹⁵.

A separação de famílias tornou-se o principal ponto de tensão, revelando as consequências humanitárias das políticas adotadas. O somatório dessas críticas que estavam sendo direcionadas aos Estados Unidos, tanto pela ONU quanto por outros representantes e Chefes de Estado, chegou ao seu ápice: a saída do país do Conselho de Direitos Humanos da ONU. O argumento central do governo era o de que a organização agia de maneira parcial, e se manifestava contra os interesses americanos (G1, 2019).

Apesar desses embates, foi com sua atuação frente ao caso de Mianmar que o Alto Comissário Zeid Ra’ad Hussein ganhou maior notoriedade internacional. Em 2017, o país localizado no Sudeste Asiático passou a receber enfoque dos grandes grupos midiáticos, e o motivo, que mais tarde seria alvo das críticas internacionais e dos comentários e resoluções de Hussein, seria o início de um genocídio contra uma minoria étnica no país.

Figura 10 - Mapa de Mianmar



Fonte: Deutsche Welle (2018)

Mianmar, também conhecida como antiga Birmânia, é uma nação localizada no meio do Sudeste Asiático, com 54 milhões de habitantes, mais de 100 grupos étnicos, e que faz fronteira com Índia, Bangladesh, China, Laos e Tailândia, alguns dos países mais populosos do mundo. O país, governado por um regime republicano, mas com a forte presença de

¹⁵

Disponível

em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/eua-anunciam-saida-do-conselho-de-direitos-humanos-da-onu.ghtml>.

Acesso em: 20. nov. 2024

militares dentro de Ministérios estratégicos - como Defesa e Interior -, elegeu em 2016, a ativista política e vencedora do Prêmio Nobel da Paz de 1991, Aung San Suu Kyi, para a cadeira de Conselheira de Estado. O cargo possui muitas similaridades com a Presidência da República, que devido a características políticas internas do país, é separado. Uma outra característica peculiar a respeito de Mianmar ou Birmânia, como também é conhecida, é a sua composição populacional étnica de maioria budista.

A birmanesa Aung San Suu Kyi ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1991 por sua luta pacífica e não violenta pela democracia e pelos direitos humanos em Mianmar. Ela se destacou pela resistência contra o regime militar que controlava o país, inspirando a população com seu compromisso com a justiça e a liberdade.

Suu Kyi passou boa parte da vida no exílio: “primeiro na Índia e, depois, no Reino Unido, onde teve uma vida de dona de casa, casada com um professor de Oxford, Michael Aris, especialista em Tibete” (G1, 2022)¹⁶. Após voltar a Mianmar em 1988, em meio a uma forte crise política, ela se tornou uma figura central no movimento democrático. Suas ações e discursos, que enfatizavam o diálogo e a não-violência, atraíram atenção internacional, e mesmo sendo colocada em prisão domiciliar pelo governo, continuou a ser um símbolo de resistência. Em 1990, seu partido, a Liga Nacional pela Democracia, venceu as eleições, mas o governo militar não reconheceu os resultados, mantendo-a presa.

O Comitê do Nobel concedeu o prêmio como uma forma de apoio à luta pelos direitos humanos e como uma mensagem ao governo militar, reconhecendo que seu trabalho tinha grande significado para a paz e a liberdade no mundo. Suu Kyi não pôde comparecer à cerimônia em Oslo. Ela teve de esperar mais de 20 anos para receber a premiação. Em 2010, Aung San Suu Kyi foi libertada, após 15 anos sob prisão domiciliar, e entrou para o Parlamento em 2012, após a dissolução da junta militar um ano antes (G1, 2022).

Quando o exército de Mianmar, em agosto de 2017, lançou uma operação na região de Rakhine, à oeste do país, muitas casas, aldeias e vilarejos do povo Rohingya - minoria étnica muçulmana que desde a independência do país sofre com restrição de direitos - foram incendiadas e destruídas. Com aproximadamente 25 mil mortos e mais de 700.000 refugiados (BBC, 2018), o Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos, Zeid Ra'ad Hussein, alertou sobre as condições de vida da população e os crimes que os militares

¹⁶

Disponível

em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/04/27/quem-e-aung-san-suu-kyi-a-nobel-da-paz-condenada-a-prisao-a-pos-golpe-militar-em-mianmar.ghtml>

estavam cometendo, contudo, Aung San Suu Kyi, além de negar as denúncias sobre o ocorrido, se manifestou tardiamente sobre a perseguição do exército birmanês à minoria.

O discurso propagado pelas autoridades do país foi o de que o povo Rohingya é na verdade um grupo de imigrantes ilegais de Bangladesh, país vizinho e muçulmano cuja população ultrapassa 160 milhões. Contudo, há registros de famílias Rohingya habitando as terras há gerações (UN Refugee, 2023).

É dentro desse contexto de caos que a problemática se escala. Devido a repressão sofrida em sua própria nação, milhares de pessoas partiram em direção aos países vizinhos, como Laos, Tailândia e Bangladesh, país que mais recebeu refugiados, e que com isso, sofreu um surto populacional em suas fronteiras. A fim de comparação, a área territorial de Bangladesh equipara-se ao estado do Ceará¹⁷.

Em razão do superpovoamento da região, acrescido à falta de mecanismos de apoio dos próprios Estados, grande parte da população que buscou refúgio como forma de sobrevivência precisou optar por travessias em mar aberto via embarcações precárias ou percorrer grandes campos isolados. Os que escolheram os campos, onde eram alvos fáceis para a execução, foram pegos por minas terrestres supostamente colocadas pelos militares¹⁸. Para os que atravessavam as fronteiras para Bangladesh, seu direito à entrada era negado sob a justificativa da crise populacional instaurada na região.

Toda essa situação envolvendo a minoria Rohingya e o Estado de Mianmar levaram o Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH) a realizar uma sessão especial em dezembro de 2017. Na ocasião, Hussein, por meio do relatório fornecido pelo EACNUDH, não só expôs a situação aos Estados presentes, como também disse em seu discurso que não era possível descartar elementos de genocídio contra a minoria muçulmana (Folha de S. Paulo, 2017). Sendo “genocídio” um termo caríssimo ao direito internacional, com inescapáveis impactos jurídicos e medidas político-diplomáticas, o Alto Comissário ainda afirmou que as ações do exército birmanês são como um exemplo clássico de limpeza étnica (The Guardian, 2017). Esse outro termo, também muito forte perante o direito internacional, é o que faz referência ao

¹⁷O país que já foi o “menos desenvolvido do mundo” e hoje supera a China em crescimento. **UOL**. Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/03/05/o-pais-que-ja-foi-o-menos-desenvolvido-do-mundo-hoje-supera-a-china-em-crescimento.htm>>. Acesso em: 09 out. 2024.

¹⁸Exército de Mianmar é acusado de instalar minas contra minoria. **O GLOBO**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/exercito-de-mianmar-acusado-de-instalar-minas-contraminoria-21806809>>. Acesso em: 8 set. 2024.

crime de genocídio, e que diz respeito à quando atos de extermínios são cometidos sistematicamente - sejam eles feitos por um Estado ou não - com a intenção de destruir um todo ou uma parte de grupos étnicos, nacionais, raciais ou religiosos.

Mais tarde, respondendo as acusações feita pelo Estado da Gâmbia, que iniciou um processo contra o país por violação à convenção da ONU para prevenção e punição do genocídio, Aung San Suu Kyi afirmou que representaria o Governo de Mianmar contra a província de Rakhine (estado em que ocorreram as denúncias de genocídio, no interior do país), diante do Tribunal Penal Internacional (Deutsche Welle, 2021). Em 2022, a ex-Nobel da Paz, que já estava enfrentando aproximadamente 20 anos por crimes de corrupção e violação de Segredo de Estado, teve, somada às demais acusações, outras sentenças que poderiam acrescentar 120 anos a sua pena (G1, 2022).

Outra situação emblemática ocorrida sob a gestão de Zeid Ra'ad Hussein e que teve um importante papel para traçar o perfil do Alto Comissário foram os protestos anti-imigrantes na Hungria, mencionados no início do capítulo.

Durante a abertura da 37ª Sessão Regular do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Hussein discursou e citou nominalmente, o que não é tão comum, o Primeiro-Ministro húngaro Viktor Orbán sobre uma de suas falas proferidas em uma passeata que ocorreu na Hungria. A resposta do Alto Comissário à fala do Primeiro-Ministro, que havia proferido em meio a um protesto anti-imigrantes, que não queria que sua cor de pele fosse misturada com as outras, foi a de que “os xenófobos e racistas na Europa estão se livrando de qualquer constrangimento, como Viktor Orbán da Hungria” (Reuters, 2018).

Logo após seu parecer, o Ministro das Relações Exteriores da Hungria, Péter Szijjártó, subiu ao palco do Conselho e pediu a renúncia de Hussein de seu cargo (Deutsche Welle, 2018). A citação a Orbán, em um evento de grande porte como a abertura de uma Sessão do CDH, onde estão presentes líderes de Estado, diplomatas, e, naquele caso, o próprio Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, foi considerada uma grave afronta ao Primeiro-Ministro e um desrespeito ao cargo ocupado pelo jordaniano. Contudo, Hussein, que saiu logo ao início da fala de Szijjártó, e não se fez presente durante o discurso, não renunciou e nem mesmo perdeu seu cargo (Deutsche Welle, 2018).

Viktor Orbán é um conhecido conservador húngaro e filiado a um partido de extrema direita, na liderança do país desde 2010. Ele é frequentemente mencionado pela imprensa

após decisões de caráter retrógrado aos direitos humanos. Alguns dos maiores exemplos são suas leis que enfraquecem, apagam e/ou proíbem direitos e menções a pessoas LGBTI+ no país. Orbán ainda é conhecido por suas frequentes falas antissemitas a respeito da população judaica habitante da Hungria (BBC, 2018).

Devido a sua firme postura e sustento do princípio de apoio aos injustiçados acima de tudo, Hussein enfrentou diversas problemáticas em seu mandato, o que culminou em uma grande dificuldade na renovação e continuação ao cargo. O Alto Comissário, que antes havia demonstrado interesse em permanecer no posto, percebeu, devido a questões internas, chamadas e conversas direcionadas a ele, que sua continuidade não seria bem-vinda e muito menos apoiada, caso permanecesse o mesmo percurso de seu último mandato. Em outras palavras, para permanecer no cargo, o Alto Comissário deveria se calar (The New York Times, 2017).

Sua postura não abria espaço para abstenções e, por isso, Hussein desistiu da renovação. A decisão foi expressa em um email de comunicado interno à organização, e que poucos dias antes do final de seu mandato, acabou sendo vazado. Neste email se encontrava, além de toda descrição da situação acima, o “cale-se” imposto ao Alto Comissário. A mensagem acabou vazando para um jornalista, que por sua vez, transmitiu ao mundo a situação que ali acontecia (Foreign Policy, 2017). Em 2017, Benjamin Barthe, pelo jornal francês *Le Monde*, descreveu Hussein como “uma figura solitária, quase anacrônica, que luta para defender, por qualquer motivo, o universalismo dos direitos humanos”.

3.1.3 BACHELET, VENEZUELA E O CONFLITO COM BEIJING

A ex-presidente Michelle Bachelet, utilizando de sua experiência pregressa como presidente de um país, frequentemente recorreu ao uso de uma linguagem diplomática na hora de realizar críticas a governos e governantes responsáveis pelas infrações. Proporcionando uma linha de negociação vista como mais amigável e menos afrontosa para com outros líderes, especialmente quando comparada a Hussein, o que também é visto por muitos, tendo um maior destaque nos grupos de direitos humanos da sociedade civil, como uma resposta fraca diante das atrocidades e repressões cometidas.

Por exemplo, após um período com o Brasil no centro do debate internacional devido a focos de incêndio na Amazônia, Bachelet demonstrou preocupação não apenas para com os indígenas da região - que muitas vezes sofrem diversos ataques de grileiros e madeireiros

ilegais que vivem próximo a floresta -, mas também para com a população que é afetada pela brutal violência policial nas maiores cidades do país (Globo, 2019). A fala de Bachelet veio associada à preocupação de “uma redução do espaço cívico e democrático”, termo discreto já utilizado anteriormente pela Alta Comissária e que ameniza a ideia de sufoco à democracia (G1, 2019).

Embora sua preocupação tenha sido exposta diplomaticamente, como é de costume, o ex-presidente Jair Bolsonaro fez uma devolutiva dizendo que “Bachelet estava seguindo a linha” do presidente francês, Emmanuel Macron, que criticava a resposta do governo às queimadas, ao se “intrometer nos assuntos internos e na soberania brasileira”. Bolsonaro, em contra-ataque, fez elogios à ditadura de Pinochet, que assassinou o pai da Alta Comissária, mencionando-o explicitamente¹⁹ (Globo, 2019).

Em meio aos elogios ao ditador chileno, e ao ataque pessoal a sua vida, Bachelet se manteve calma e repassou para a grande mídia, sua mensagem dizendo sentir “pena do Brasil” (El País, 2019). A Alta Comissária, como boa diplomata, se recusou a continuar comentando sobre o caso e sobre as menções de Jair Bolsonaro, evitando a escalada do conflito.

No dia 5 de julho de 2019, foi divulgado, pelo Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos, um relatório da ONU acusando a Venezuela de, pelo menos, 57 novos casos de supostas execuções extrajudiciais cometidas pela força policial do país.²⁰ O relatório havia sido pedido pelo Conselho de Direitos Humanos, para avaliar como estava sendo o desempenho de seus Estados-membros que já apresentavam preocupações de longa data (ACNUDH, 2019).

A mensagem entregue por Bachelet foi dada durante um discurso, no palco do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, onde proferiu que: “A única maneira de sair desta crise é se unir, dialogar”. A Alta comissária, conhecida por sua postura diplomática, contou que sua equipe realizou uma visita técnica no país, e averiguou que “foram documentados casos de ‘tortura e maus-tratos, tanto físicos como psicológicos, de pessoas arbitrariamente privadas de sua liberdade, em particular de militares” (G1, 2019).

¹⁹Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-ataca-bachelet-o-pai-dela-militar-que-se-opos-golpe-de-pinochet-no-chile-23925982>

²⁰Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/bachelet-pede-fim-das-violacoes-de-direitos-humanos-na-venezuela/>. Acesso em: 19. nov. 2024

Segundo o portal de notícias G1 (2019), “apenas no mês de julho, a organização não governamental ‘Monitor de Vítimas’ identificou 57 novos casos de supostas execuções cometidas por membros das Forças de Ação Especiais da Polícia Nacional (FAES) em Caracas”.

Reconhecendo a gravidade dos crimes documentados, e a capacidade deles aflorarem os ânimos de quaisquer líderes mundo afora, possivelmente prejudicando futuras negociações e conversas, Bachelet fez, em contraposição, um outro anúncio: Ela disse que o governo de Maduro cumpriu “a libertação” de ‘83 pessoas’, incluindo ‘aquelas cuja detenção havia sido considerada arbitrária pelo Grupo de Trabalho de Detenção Arbitrária” (G1, 2019).

O posicionamento da diplomata foi certo. Bachelet conseguiu, em um conturbado momento, não apenas expor as necessidades da sociedade civil ameaçada na Venezuela, como também, garantir uma opção segura de diálogo com Nicolás Maduro, uma vez que podendo atacá-lo com todas as suas forças, resolveu dialogar. A Alta Comissária contou ainda, em detalhes, que esteve presente na Venezuela, e que fez reuniões, tanto com Maduro, quanto com Juan Guaidó, representante que se declarou presidente interino da Venezuela em janeiro de 2019. Mais tarde, Maduro anunciou que irá levar a sério as recomendações feitas pela Alta Comissária.²¹

Suas declarações a respeito do relatório, no entanto, não passaram despercebidas por outras autoridades do governo venezuelano: “O número dois do chavismo, Diosdado Cabello, desqualificou horas depois este novo relatório de Bachelet, e a acusou de “crueldade” contra a Venezuela” (G1, 2019). Apesar das intermitências, essa não foi a primeira vez que o escritório denunciou crimes contra o país. Em relatórios anteriores já foram divulgadas preocupações, com destaque para mortes, uso de força excessiva contra manifestantes, detenções arbitrárias, maus-tratos e tortura” (ACNUDH, 2019).

Em junho de 2019, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) “estimou que cerca de 4 milhões de pessoas tenham deixado o país nos últimos quatro anos, em meio a escassez de alimentos e de serviços básicos”. A mais nova publicação adverte que “se a situação não melhorar, o fluxo sem precedentes de migrantes e refugiados venezuelanos continuará, e as condições de vida dos que permanecem no país vão piorar” (ACNUDH, 2019).

²¹ Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/21/apos-encontro-com-juan-guaido-michelle-bachelet-se-reune-com-nicolas-maduro-na-venezuela.ghtml>

Dentre outras menções ao país, a chilena também se manifestou a respeito de uma tentativa de aprovar, na Venezuela, uma lei que proibiria organizações nacionais de direitos humanos de receberem recursos do exterior. Seu comentário foi o de que “essa lei, se aprovada e aplicada, reduzirá ainda mais o espaço democrático no país” (G1, 2019).

Se em ambas as citações anteriores, da Venezuela e do Brasil, obtiveram um tom moderado quando vindo da Alta Comissária, é com a China que as pressões da sociedade civil associada ao contraste de seu antecessor enfim causam discussões e rompimentos internacionais sob demandas de um tom mais severo.

Em maio de 2022, a Alta Comissária Michelle Bachelet deu início a uma viagem de seis dias pela região chinesa de Xinjiang, alvo central das denúncias a respeito das violações. Essa viagem marca a primeira vez em quase duas décadas que a mais alta autoridade de direitos humanos das Nações Unidas visita o país asiático (Deutsche Welle, 2022). Logo ao primeiro dia, Bachelet se reuniu com o Ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, na cidade de Cantão, e ao longo da semana, além de visitar diversas outras cidades da região, como Urumqi e Kashgar, Bachelet também fez reuniões virtuais com chefes de 70 missões diplomáticas no país (Deutsche Welle, 2022).

Uma equipe de cinco pessoas estava, desde abril, aguardando e apoiando a pesquisa da Alta Comissária no país enquanto sua presença ainda não era efetivada. Foram discutidos assuntos relacionados aos direitos humanos e, em especial, a relação chinesa para com as províncias do Tibete, Xinjiang e Hong Kong (ONU News, 2022). Para a Alta Comissária, a reunião foi essencial ao reiterar a importância de proteger a identidade linguística, religiosa e cultural dos tibetanos; para instar o governo a não sufocar os protestos em Hong Kong; e não aplicar, de forma não regulada e discriminatória, as normas antiterrorismo aos povos Uygures da China (ONU News, 2022).

Em Guangzhou, ao final de sua viagem, sob uma coletiva de imprensa virtual com o presidente chinês Xi Jinping, Bachelet elogiou os esforços do país em algumas questões humanitárias, como a erradicação da fome e a implementação da lei contra violência doméstica de mulheres e crianças, contudo, também afirmou ter exposto as suas questões e preocupações sobre a aplicação de medidas anti-terrorismo e de desradicalização na região autônoma de Xinjiang (ONU News, 2022). Ao fim, Bachelet demonstrou às autoridades chinesas a sua preocupação com os impactos nos direitos do povo Uyghur e de outras minorias muçulmanas, a representante da ONU disse ainda ter encorajado o governo “a fazer

uma revisão de todas as medidas anti-terrorismo e políticas de desradicalização para garantir que as ações cumprem totalmente com os padrões internacionais de direitos humanos” (ONU News, 2022).

A preparação de relatórios técnicos de visita é uma das variadas e importantes funções do ACNUDH e do EACNUDH, e, portanto, ao serem divulgados, devem ser observados e acatados o quanto antes. “[...] Mais do que meramente denunciar ou gerar um constrangimento aos Estados, a voz pública do ACNUDH atrelada às informações coletadas e/ou produzidas pelo EACNUDH tem como objetivo dar um enquadramento (*framing*) de direitos humanos aos fatos.” (Hernandez, 2016 p. 343). Porém, tanto a Alta Comissária quanto outros envolvidos na preparação e divulgação dos documentos, afirmaram estar sofrendo forte pressão chinesa para a não liberação do relatório a respeito da região autônoma²².

Xinjiang é uma região de baixa densidade populacional, com cerca de 20 milhões de habitantes, em uma área territorial maior que a do estado do Amazonas, localizada no extremo oeste da China, próxima a países como Cazaquistão, Tadjiquistão e Paquistão, e por isso fortemente influenciada por suas culturas e costumes. Além de possuir diversos reservatórios de petróleo em seu interior, grande parte da população presente neste território é muçulmana, e, portanto, minoritária em comparação com o resto do país.

²²Bachelet admite fortes pressões para não divulgar relatório sobre China. UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2022/08/25/bachelet-admite-fortes-pessoes-para-nao-divulgar-relatorio-sobre-china.htm>>. Acesso em: 8 set. 2024.

Figura 11 - Mapa da China com destaque para Xinjiang



Fonte: BBC (2023)

A problemática a respeito da província começou quando imagens de satélite mostraram grandes complexos não identificados, juntamente com o aumento da circulação militar sem motivo aparente nos arredores da região. Diversas pessoas especularam sobre o que poderia estar acontecendo, até que antigos habitantes e alguns visitantes passaram a divulgar a possibilidade de uma espécie de campo de concentração - ou grandes prisões de segurança máxima - em pleno território chinês²³ (O Globo, 2023).

O governo, que lutou pela não divulgação do relatório parcial, defendeu que aqueles eram campos de reeducação e não de concentração ou extermínio, mas a grande mídia e a sociedade civil já tinham sua visão do acontecido e debatiam fortemente sobre a possibilidade. Bachelet, então, minutos antes do final de seu mandato, enfrentou a pressão e divulgou o relatório técnico da visita ao país. Com uma resposta imediata das autoridades chinesas e sanções a todos que mencionassem o ocorrido, a crise diplomática foi instaurada a partir dos corredores de Genebra

²³ Imagens de iluminação noturna por satélite mostram que China expandiu prisões de segurança máxima no Tibete. **O GLOBO**. 27 de julho de 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/27/imagens-de-iluminacao-noturna-por-satelite-mostram-que-china-expandiu-prisoas-de-seguranca-maxima-no-tibete.ghtml>>. Acesso em 18 set. 2024.

3.1.4 TÜRK E OS CONFLITOS ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA, E ISRAEL E PALESTINA

Ainda que a resposta chinesa à divulgação do relatório tenha ocasionado um grande choque, tanto para a ONU quanto para com a Alta comissária e outros Estados, a temática da manifestação sobre os direitos humanos e o uso da voz pública para o enfrentamento de violações já estava gerando crises há muito tempo. O contraste de Zeid Ra'ad Hussein e Michelle Bachelet ficou muito claro, ainda mais quando postos sob a luz de alguns casos emblemáticos. Há ainda um outro fator importante para a deterioração das relações sobre a temática dos direitos humanos: os apoiadores, sejam eles financeiros ou não.

A nomeação de Türk significa, para os direitos humanos, a realização de um novo passo que busca não apenas ampliar fortemente o apoio a refugiados, apátridas, mulheres, homossexuais e outras minorias sociais, mas também “acalmar os ânimos” da comunidade internacional, que, por muito tempo, esteve em choque com a ONU, nos anos de 2014 a 2018, devido às rigorosas denúncias de Hussein, desagradando os Estados financiadores, e de 2018 a 2022, devido ao caráter amigável e pouco afrontoso das denúncias de Bachelet, desagradando a sociedade civil organizada, pilar essencial de apoio e fornecimento de informações. Para António Guterres, por sua vez, essa nomeação possivelmente vista como menos relevante no âmbito político, pode se manifestar tanto na forma de alívio dos conflitos com a comunidade internacional quanto do possível fim de um confronto direto com os grandes financiadores da ONU.

Para a sociedade civil, a nomeação de Türk traz consigo a busca por uma mudança de paradigma. As expectativas para a escolha de um nome “de voz e pulso firme” eram altas, e esperava-se do novo Alto Comissário a capacidade de realizar críticas à altura das violações cometidas por Estados detentores de poder, mesmo sendo estes membros do Conselho de Segurança da ONU. Segundo o artigo de Vincent Ploton (2022), do jornal independente PassBlue - responsável por cobrir o universo das Nações Unidas-, diversas pesquisas foram feitas buscando entender qual era a principal necessidade da sociedade civil para Türk. Em meio às diversas respostas, uma delas se destacou: a reestruturação da integridade do cargo a fim de poder voltar a ajudar os mais necessitados²⁴.

²⁴ Disponível em:

<https://www.passblue.com/2022/12/22/what-does-civil-society-want-from-the-new-un-rights-commissioner/?utm_source=PassBlue+List&utm_campaign=925808a461-RSS_PassBlue&utm_medium=email&utm_term=0_4795f55662-925808a461-55001125>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Tanto na Áustria quanto no resto do mundo, a indicação do novo Alto Comissário seguiu uma linhagem parecida, segundo os jornais “Kronen Zeitung” e “Wiener Zeitung”^{25 26}, dois dos que possuem grande circulação no país, sua nomeação foi vista como a nomeação do “braço direito” de um chefe, que por sua vez é leal, muito competente e tem uma longa tradição no cuidar de assuntos relacionados a direitos humanos. Os jornais, entretanto, não esconderam o fato de que Türk agora terá, apesar de suas competências, um grande desafio pela frente.

Em 8 de janeiro de 2023, mediante os ataques às instituições democráticas brasileiras, por exemplo, Türk se manifestou por meio de uma nota oficial, condenando fortemente os ataques ao Congresso, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto. Deixando claro o seu posicionamento na busca pelo combate aos ataques antidemocráticos ocorridos, o Alto Comissário ainda manifestou: “Meu escritório está pronto para apoiar o novo governo no enfrentamento das questões de direitos humanos que o Brasil se encontra” (ACNUDH, 2023).

Notas claras como essa são frequentes em todas as manifestações do Alto Comissário e representam uma das principais características de Türk: manter-se no foco do acontecimento, destacando as problemáticas sem “apontar o dedo” para culpados logo de início, demonstrando preocupação pelos afetados e se comprometendo com a resolução do obstáculo. Ainda que os antigos ocupantes do cargo acabassem por utilizar dessa mesma ideia de manifestação, Türk a faz de uma maneira própria, pelo menos nesse seu início de mandato, e que se adequa muito bem com o perfil esperado por um Alto Comissário(a). Outras características do austríaco que podem ser observadas são a priorização do bem-estar dos indivíduos em um acontecimento, sem declarações ou comentários polêmicos a respeito dos culpados ou outros desentendimentos, e o bom uso da voz pública, que até o momento vem sendo feito com bom equilíbrio entre a ênfase na problemática e atendendo ao tom diplomático necessário para a sua resolução sem mais conflitos.

É, portanto, evitando polêmicas e desavenças políticas entre Estados e entes poderosos por fortes entonações nas declarações, e respeitando, atendendo e mobilizando ajuda através do uso da voz pública, que Volker Türk vem, mais uma vez, deixando claro para o mundo, o papel assumido pelo novo Alto Comissário. O austríaco, entretanto, deve estar ciente - e

²⁵ Disponível em: <<https://www.krone.at/2802462>> Acesso em: 15 nov. 2024.

²⁶ Disponível em: <<https://www.wienerzeitung.at/nachrichten/politik/welt/2160962-Diplomat-Tuerk-soll-UNO-Mensche-rechtschef-werden.html>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

preparado - para arcar com o ônus atribuído ao cargo, e que, diferente dele, não pesou sobre muitos dos outros mandatários por uma simples questão: o tamanho de suas respectivas personalidades políticas globais.

Devido à falta de um passado com reconhecimento de grande porte - como o de seus antecessores - Türk pode enfrentar certa resistência ao dar seu parecer sob respectivas questões, associando-o a alguém não tão competente quanto os antigos ocupantes do cargo. Seu viés humanitário, que tanto o destaca, pode ainda ser usado contra sua personalidade, uma vez que ao não nomear (ou não acusar) infratores, o Alto Comissário se compromete com o desagrado de causas da sociedade civil, tal qual sua antecessora Michelle Bachelet. O próprio histórico de ocupantes do cargo se encontra em desacordo com Volker Türk, uma vez que, quando posto em análise, tem se um cargo que antes fora ocupado por representantes do sul global, mulheres, mulheres negras e homens árabes, asiáticos, latinos e muçulmanos, agora se respaldando sob o perfil de um homem branco e europeu, do norte global, e que de certa forma não representa - em meio a um momento global de intensa discussão a respeito de diversidade e interseccionalidade - o perfil do mais alto cargo de direitos humanos do mundo.

Tendo, portanto, como parâmetro as atuações dos dois últimos Alto Comissários, é notável a semelhança que o mandato do austríaco aparentemente terá com o de Bachelet em matéria de interação com os países violadores. Entretanto, não é porque suas características de atuação e uso da voz pública (principal ferramenta do ACNUDH) parecerem iguais, que seus eventuais erros e equívocos também serão. Bachelet possui uma personalidade política global, o que possibilitou que suas medidas pudessem perpassar por diversas áreas da organização e de outros Estados sem que ela tivesse que gritar mais alto para isso. O austríaco por sua vez, como um ilustre desconhecido não oriundo da política, talvez, enfrente a problemática que Bachelet acabou por evitar. O que levanta a questão: será que alguém com baixo prestígio político consegue ser ouvido nos bastidores usando apenas uma voz mais discreta? Ou, justamente por ser mais desconhecido, precisará gritar para ser ouvido?

Volker Türk, ao ser nomeado, foi muito bem lembrado por Lisa Carty, vice-embaixadora da ONU nos Estados Unidos, que o cargo atual “dispõe de uma inabalável voz para os direitos humanos”, mas que, em contrapartida, “o escritório de direitos humanos não possui “dentes” para impor suas implicações” (Impakter, 2022).

O conflito Rússia e Ucrânia, um dos mais emblemáticos eventos quando se analisa a violação de direitos humanos, não foi, diretamente, o primeiro grande desafio a ser enfrentado

pelo Alto Comissário. Como dito por Foulkes, “quando Volker Türk se candidatou ao cargo, a Rússia já havia invadido a Ucrânia, o Talibã estava ocupado reprimindo as mulheres no Afeganistão e o mundo estava emergindo de uma pandemia que mostrou com clareza brutal o quão desigual nosso planeta permanece” (Foulkes, 2023)²⁷.

A chamada, pela Rússia, “Operação Militar Especial na Ucrânia”, de 2022, ponto de virada do conflito que origina a chamada Guerra da Ucrânia, e um dos embates a serem analisados por este texto, foi resultado de inúmeras violações, em matéria de direito internacional e soberania das nações, que se arrastaram ao longo de anos. A história dos dois países, que hoje são considerados inimigos em suas linhas de frente, nem sempre se desempenhou dessa forma.

Após o colapso da antiga União Soviética, 15 países que antes estiveram unidos no território e mantido por laços de sangue, cultura e costumes, se desintegraram. A “cortina de ferro”, expressão utilizada por Churchill para definir os países capitalistas e socialistas do pós- Segunda Guerra, caiu, e as nações que se encontravam ao lado socialista, agora ficaram à mercê da influência ocidental, lado vencedor. Sob o ponto de vista russo, este ato seria inaceitável. O governo da época, ainda frágil devido a recente ruptura, fez um acordo com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) firmando um compromisso de não expansão, que se traduziria na ideia de que o lado ocidental não tentaria, de forma alguma, influenciar suas ideias e valores aos países do lado soviético da cortina de ferro.

Nenhum desses acordos firmados após o declínio da União Soviética foi respeitado. A própria OTAN, já em 2002, havia passado por cinco fases de expansão, agregando ao seu território de ideal ocidental, países antes tidos como aliados soviéticos²⁸. Para a Rússia, esse foi um ato inaceitável, contudo, o que desencadeou, de forma significativa, seus movimentos armados contra o país vizinho, foram as Revoluções de Maidan ou Euromaidan, de 2013.

Conhecida como uma onda de manifestações em prol de uma Ucrânia mais alinhada aos ideais europeus, em um momento de votação para a entrada do país ao bloco, o Euromaidan foi uma marcha popular que se demonstrou descontente e injustiçada com a decisão do Presidente ucraniano, Viktor Yanukovich, de não assinar um acordo de associação

²⁷Disponível em:

<https://www.swissinfo.ch/por/economia/volker-tuerk-a-mensagem-%c3%a9-a-centralidade-dos-direitos-humanos/49031928>

²⁸ Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-29030744>

à União Europeia²⁹ (Sputnik, 2024). A população foi para as ruas demonstrar sua indignação, de forma pacífica, e a resposta do governo foi brutal.³⁰ Logo após o início dos protestos, a polícia reagiu firmemente, detendo e agredindo violentamente os cidadãos. Repercutiram-se casos de pessoas mortas e desaparecidas, e a comoção passou a ser nacional.

A Revolução de Maidan durou aproximadamente 90 dias e teve como consequências a fuga do presidente Yanukovich para a Rússia; a criação de um governo interino, apoiado desde alas da esquerda, passando pelo centro, até as alas da direita. Este evento é considerado por muitos como uma Revolução no país, com restauração de emendas constitucionais e com a realização de uma eleição para um novo presidente. Segundo Yahoo, “o Fundo Monetário Internacional (FMI), em conversas com o novo governo, assinou um acordo com a União Europeia, e se comprometeu com a adoção de reformas nos sistemas judiciário e político, bem como em suas políticas econômicas e financeiras (Yahoo, 2014)³¹.

No entanto, a resposta russa diante do acontecido foi a sinalização de um basta. O governo de Vladimir Putin se recusou a reconhecer o novo governo interino, chamou a revolução de golpe de Estado (RT, 2014)³², e iniciou uma operação de invasão na península da Crimeia³³³⁴, região de grande importância estratégica, devido ao acesso ao Mar Negro³⁵.

²⁹Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20240219/como-o-euromaidan-desencadeou-a-guerra-de-9-anos-da-ucrania-contra-do-nbass-33149089.html>

³⁰Disponível em: <https://pt.euronews.com/2023/11/30/revolucao-euromaidan-rebentou-na-ucrania-ha-dez-anos-relatos-na-primeira-pessoa>

³¹Disponível em: <https://www.yahoo.com/news/imf-offers-ukraine-18-billion-loans-082715644.html>

³²Disponível em: <https://www.rt.com/news/lavrov-crimea-ukraine-west-181/>

³³Disponível em: <https://apnews.com/general-news-94305e58d1574ec0bde5aa8d42538f1e>

³⁴Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/03/16/world/europe/russia-vetoes-un-resolution-on-crimea.html>

³⁵Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/mar-negro-o-valor-geoestrat%C3%A9gico-de-uma-regi%C3%A3o-em-disputa/a-66521817>

Figura 12 - Mapa do Mar Negro



Fonte: Wikipedia (2005)

Os eventos anteriores foram fundamentais para entender o caráter da expansão e os embates pela consolidação de influência na região. Em novembro de 2021, em meio a uma nova onda de expansão da OTAN à Ucrânia, mais uma vez, foram divulgadas imagens de satélite que mostraram grandes quantidades de veículos militares russos próximo à fronteira com o país. A OTAN logo se preparou para um embate, pedindo para que Putin retirasse as tropas da região. O Presidente russo disse que, para fazê-lo, precisaria que as tropas da organização voltassem às suas antigas fronteiras, antes da expansão, simbolizadas pelo traço “NATO TROOPS”³⁶ da figura exposta abaixo. Os países em verde claro simbolizam nações pertencentes à antiga União Soviética, e quem com a queda da “cortina de ferro” passaram a fazer parte do bloco da OTAN. Os países na tonalidade verde escuro representam as nações que aderiram a organização desde seu início. Em vermelho temos a Rússia (Vox, 2022)³⁷.

A organização, temendo uma invasão, acionou seu exército e reforçou ainda mais suas fronteiras. Putin, então, faz o reconhecimento das regiões de Donetsk e Luhansk, localizadas ao leste da Ucrânia, como parte de seu território, e adentra pelo solo ucraniano através de sua chamada Operação Militar Especial.

³⁶ OTAN é a tradução, em português, da sigla NATO, referente a North Atlantic Treaty Organization.

³⁷Disponível

<https://www.vox.com/2022/2/23/22948534/russia-ukraine-war-putin-explosions-invasion-explained>

Figura 13 - Mapa das antigas fronteiras da OTAN



Fonte: Vox (2022)

Volker Türk, desde o início do conflito, se manifestou veemente contra a operação, e destacou como a Organização das Nações Unidas, aliada ao direito internacional, seguiria ajudando aqueles que precisassem. Foram inúmeros os relatos e notícias disponibilizadas pelo EACNUDH que trouxeram, ainda, nas palavras de Türk, as expressões “choque, horror, e sofrimento” para descrever a situação da população no país.^{38 39}

O papel do Alto Comissário foi amplamente divulgado pela mídia ocidental, em especial, e seus relatórios, pesquisas e pronunciamentos ajudaram a transparecer e expandir a vivência sofrida pela população vítima da guerra. O Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos teve função fundamental na logística de busca, pesquisa, apoio, suporte e transporte humanitário. Türk ainda teve um papel ativo no pronunciamento a respeito de outras temáticas relacionadas a grandes violações de direitos humanos, mas que

³⁸Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/11/missile-strikes-ukraine-and-alleged-pow-executions-underscore-why>

³⁹Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/statements/2022/12/un-high-commissioner-human-rights-volker-turk-concludes-his-official-visit>

seguiram em paralelo à invasão russa, como a proibição do movimento LGBT no país, e a sentença de prisão e morte do opositor de Putin, Alexei Navalny.^{40 41}

Um outro conflito de grandes proporções e que tomou conta das mídias internacionais foi a invasão e ataque do grupo Hamas - uma organização islâmica, política e militar situada na Faixa de Gaza -, ao Estado de Israel, e sua retaliação, que como consequência, provocou uma das mais recentes acusações de genocídio em toda a história do conflito.

As origens das relações de conflito entre Israel e Palestina começam a partir de uma disputa territorial, “que nos leva de volta a 1917, quando o governo britânico expressou o seu apoio ao estabelecimento de um estado judeu permanente na Palestina com uma carta chamada Declaração Balfour⁴²”. A carta reconhecia o “direito dos judeus de reconstruir a sua antiga pátria na Palestina”, e, mais tarde, esta declaração foi posteriormente endossada pela Liga das Nações” (CNN, 2023)⁴³. A Declaração, no entanto, não fazia menção ao que ocorreria com a população árabe da região, com a mudança de seu território. “Longe de criar um ambiente pacífico e resolver conflitos fundiários, entre 1936 e 1939 a tensão entre árabes e colonos judeus levou a tumultos” (CNN, 2023).

Em 1947, “as Nações Unidas, sucessora da Liga das Nações, após uma série de tumultos e conflitos entre as populações, decidiram dividir a Palestina em dois Estados separados, um judeu e o outro, árabe. O plano foi aceito pelos líderes judeus. Mas os árabes o rejeitaram e a ideia nunca foi implementada”⁴⁴ (BBC, 2023). Esse plano de divisão já havia sido traçado anteriormente, por uma comissão britânica, em 1937, e nela havia uma divisão entre os dois estados e uma zona neutra ao meio. “Um ano depois, uma comissão separada conclui que a divisão planejada é impraticável e o plano é abandonado” (CNN, 2023).

As Nações Unidas criaram o Estado de Israel, em 1947, “porque a Grã-Bretanha procurava uma saída da região do Oriente Médio. Com os seus recursos e energias esgotados pela Segunda Guerra Mundial, Londres já não estava interessada em assumir as suas

⁴⁰Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2023/11/russia-un-human-rights-chief-deplores-supreme-courts-decision-outlaw-lgbt>

⁴¹ Alexei Navalny foi um advogado e político russo que ganhou fama ao fazer oposição ao Presidente Vladimir Putin. Ele também liderou ondas de protestos pelas ruas do país, exigindo a saída de Putin. Para mais informações, acessar: <https://www.ohchr.org/en/statements/2023/08/comment-un-human-rights-chief-volker-turk-new-sentence-impose-d-russian>

⁴²Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-41842505>

⁴³Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/como-comecou-o-conflito-entre-israel-e-palestinos/>

⁴⁴Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce7jg4kpywro>

responsabilidades pós-Primeira Guerra Mundial como potência obrigatória para administrar o território” (CNN, 2023).

Ainda que nenhum dos lados tenha ficado completamente satisfeitos com a forma de divisão, o acordo foi visto como um avanço por, desta vez, demonstrar as preocupações de ambos os lados. A partição foi aceita pelos líderes sionistas, mas rejeitada pelos líderes árabes, o que conduziu à Guerra Civil de 1947-1948. Com isso, Israel declarou sua independência, em 14 de maio de 1948. Estados árabes vizinhos atacaram o país no dia seguinte. Esse conjunto de guerras ficou conhecido como os conflitos árabe-israelenses (CNN, 2023).

Do século XX até o momento, foram inúmeras situações envolvendo conflitos entre as duas populações, com os palestinos sendo os mais afetados. O avanço tecnológico e aumento populacional fizeram com que a possibilidade de uma maior escalada deixasse a região como um sinal de alerta. Os Estados Unidos, grande aliado de Israel no Oriente Médio⁴⁵, fornece tecnologia e armamento ao país, além de apoiar suas decisões em órgãos internacionais.

No domingo de 07 de outubro de 2023, tropas do Hamas invadiram cidades israelense e efetuaram disparos e bombardeios, de forma surpresa, contra civis, militares e quaisquer outras pessoas que se encontravam nas ruas. O governo israelense afirmou ter sido surpreendido com a ação e, imediatamente, declarou Guerra à organização islâmica. A fala do Primeiro-Ministro, Benjamin Netanyahu, logo foi seguida de bombardeios às principais cidades da Palestina, ceifando a vida de centenas de pessoas. (G1, 2023).⁴⁶

A escalada do conflito aconteceu de forma rápida, brutal e violenta. A comunidade internacional se viu dividida, entre o direito à autodefesa por Israel, e ao excessivo uso da força cometido contra a população árabe. A principal diferença desse conflito, em comparação aos outros, se dá pela intensidade e pelas estratégias abordadas. O abastecimento de água, que vai diretamente à população palestina da região, foi cortado. Foram impostas barreiras que não permitiam com que pessoas pudessem sair da região afetada para países

⁴⁵Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cg13jnpz7dyo>

⁴⁶Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/07/entenda-o-conflito-israel-e-palestina.ghtml>

vizinhos, como o Egito, e grande parte da população já não conseguia mais encontrar alimentos para comer, ou água limpa para tomar^{47 48}(Agência Brasil, 2023) (CNN, 2023).

No final de dezembro de 2023, a África do Sul denunciou Israel à Corte Internacional de Justiça (CIJ) pelo crime de genocídio⁴⁹: “A CIJ, situada no Palácio da Paz em Haia, Holanda, foi criada em 1945 como forma de resolver disputas entre países. O tribunal também fornece pareceres consultivos sobre questões jurídicas submetidas por outros órgãos da ONU”, e é amplamente conhecido como o “Tribunal mundial para países” (ONU News, 2024).

O início do conflito gerou grandes repercussões internacionais. Líderes de países, grandes meios de comunicação e representantes de organizações internacionais se manifestaram pelo ocorrido. O Alto Comissário Volker Türk rapidamente emitiu uma nota prestando condolências à população afetada e pedindo pelo respeito às normas do direito internacional para a resolução do conflito. Contudo, a rápida escalada do conflito, e as conservadoras posturas adotadas pelo Estado israelense, não permitiram que a comunicação exercesse seu papel primordial na diplomática resolução de conflitos.

O EACNUDH disponibilizou, ao longo do combate, notas informando a população sobre os acontecimentos, e os dados sobre o conflito. Junto às notas, o Alto Comissário informou os Estados sobre sua visita à região do Oriente Médio. Em uma das notas, Türk diz: “Raramente ouvi um testemunho tão perturbador sobre o dano catastrófico que pessoas comuns suportaram e que continua a aumentar” (OHCHR, 2023).⁵⁰

O austríaco ainda reforçou, em outras notas, sobre o dever de proteção aos civis e a preocupante deterioração dos direitos humanos. O tom, assim como o conflito, escalou rápido. Em janeiro de 2024, Türk menciona como os soldados israelenses usavam a expressão

⁴⁷ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/abastecimento-de-agua-israel-e-cortado-na-faixa-de-gaza-diz-ONU#:~:text=O%20%C3%BAnico%20abastecimento%20de%20%C3%A1gua,para%20o%20corte%20s%C3%A3o%20desconhecidas.>

⁴⁸ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/palestinos-comem-grama-e-bebem-agua-poluida-enquanto-fome-se-espalha-em-gaza/>

⁴⁹ Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/dec/29/south-africa-accuses-israel-of-committing-genocide-in-gaza>

⁵⁰ Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2023/11/un-human-rights-chief-volker-turk-briefs-states-his-visit-middle>

“Libelo de sangue”⁵¹ para definir a forma com a qual o evento é tratado. Em outra nota, Türk pede o fim da “carnificina”, em Gaza⁵². Em poucos dias, houve notas com tons cada vez mais fortes, mais descritivos, e com expressões cada vez mais incomuns. Muitas delas, aparentando fazer contornos para evitar os impactos proporcionados pelo uso da expressão “genocídio”.

A comparação deste caso com o evento envolvendo Rússia e Ucrânia realça, ainda, outros pontos de interesse, no que se diz respeito à atuação do Alto Comissário, como a sua influência, através do *naming and shaming*. Ao abordar situações em que o acusado é considerado como um inimigo do ocidente, como a Rússia, por exemplo, sua narrativa é ampliada, enquanto, ao acusar um parceiro do ocidente, como Israel, sua narrativa quase não produz efeitos persuasivos.

Quando as Nações Unidas, como um todo, passaram a aumentar o tom, por exemplo, diversos países ocidentais adotaram cortes nas verbas da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA)⁵³.

3.2 ANÁLISE SISTÊMICA DOS CASOS

Se, com Hussein, a sociedade civil ficava satisfeita por ser vista, ouvida e ter sua voz e indignação posta à frente de grandes líderes, esses mesmos chefes, mas de outros Estados, não ficavam contentes com as possibilidades de serem enquadrados e enfrentados daquela forma. Com Bachelet, embora eles fossem mais bem atendidos e respeitados, tinha-se como lado negativo a opinião das organizações da sociedade civil, que achavam suas respostas fracas e amenas, principalmente depois de comparadas com a do Alto Comissário Hussein. A coluna referente à Türk se debruça sobre dois dos maiores conflitos da atualidade, e carrega ainda, consequências vindas de gestões anteriores do cargo

Essa comparação, ainda que introdutória, traz luz à questão do tópico “até onde pode-se criticar quem paga o seu salário?”, importantíssimo no universo ONU, e de extremo valor reputacional e funcional para com qualquer um que assuma o cargo no Alto Comissariado.

⁵¹Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/opinion-editorial/2024/01/concern-about-palestinian-and-israeli-human-rights-not-blood-libel-turk>

⁵²Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2024/02/turk-calls-end-carnage-gaza>
⁵³Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/v%C3%A1rios-pa%C3%ADses-cortam-verba-de-ag%C3%A2ncia-da-onu-para-palestinos/a-68102167>

Foi com a finalidade de agrupar e organizar cada um dos casos emblemáticos citados acima, que se teve início a construção de uma ilustrativa tabela comparativa. Para facilitar a compreensão, as siglas e palavras-chave utilizadas terão seu respectivo significado logo abaixo.

Foi definido como “tom”, a entonação seja oral ou escrita a respeito da denúncia e ou manifestação. Essas entonações se dividem em três grupos: brando, moderado e severo. Contudo, por se tratar de casos emblemáticos, o tom brando não foi utilizado, e, caso fosse, seria composto por falas diplomáticas com baixo ou nenhum enfoque midiático; baixa repercussão internacional; breve esquecimento da problemática; nenhuma resolução. Para a definição de moderado, obteríamos o *naming*, com falas diplomáticas com relativo enfoque midiático; recebimento de repercussão internacional; relativo período de presença temporal da problemática na opinião pública; uso de respostas incisivas/limitadoras; tom de aviso/restrição. O tom severo, que corresponde ao *naming and shaming* por excelência, traz falas com grande enfoque midiático; alta repercussão internacional; declarações ofensivas; geração de conflitos diplomáticos; iniciação de sanções; e impulsionamento de penalidade internacional.

Tabela 1 - Tabela de pesquisa

Alto Comissário(a)	Denúncia	Tom	Período	Acusado	Consequência da denúncia	Resultado para o (a) AC	Resultado final
Hussein	Genocídio em Mianmar	Severo	2017-2022 (5 anos)	Presidente do país, Aung San Suu Kyi	Caso levado para o TPI	Postura de Hussein foi fortalecida	Condenação no TPI
	Protestos na Hungria	Severo	Fevereiro - Março de 2017	PM Viktor Orbán	Orbán pede a retirada de Hussein como AC	Postura de Hussein foi enfraquecida	Tanto Orbán quanto Hussein permaneceram em seus cargos
	Crise de fronteira com o México	Moderado	Junho de 2018	Governos dos Estados Unidos	EUA se retiram do Conselho de Direitos Humanos; Mike Pompeo chama órgão de “nobre mas pobre defensor dos DH”	Enfraquecimento da imagem internacional da ONU	EUA adotando uma postura de pária internacional; em 2021, já sob a gestão de Biden, o país volta ao CDH
Bachelet	Encolhimento democrático no Brasil	Moderado	Setembro de 2019	Presidente Jair Bolsonaro	Bolsonaro rebate a denúncia de Bachelet com ofensa	Postura de Bachelet enfraquecida	Postura do Brasil como um pária internacional reafirmada; imagem da ONU sofre menosprezo

	Execuções extrajudiciais na Venezuela	Moderado	Julho de 2019	Governo de Nicolás Maduro	Governo Maduro diz colaborar com ONU para evitar tais situações; Bachelet faz visita ao país para melhor averiguar a problemática	Postura da Alta Comissária estabelecida como “esperançosa” na busca pela paz e pela melhora dos DH no país; início da elaboração do relatório da visita	Relatório da visita disponibilizado, demonstrando enfoque em torturas e assassinatos cometidos no país; mais uma postura negativa associada à Venezuela
	Campos de concentração em Xinjiang, na China	Severo	2018 - atual	Partido Comunista Chinês	Divulgação do relatório de visita sobre Xinjiang; imediata resposta chinesa; agitação na ONU, em Genebra	ONU em relação conturbada com potências mundiais	Crise diplomática
Türk	Conflito Rússia x Ucrânia	Severo	Fevereiro 22 - atual	Vladimir Putin	Suporte ocidental a narrativa da ONU	Sua voz foi ampliada e sua postura foi fortalecida	Amplio apoio ocidental ao boicote russo
	Conflito Israel x Palestina	Severo	Outubro de 2023 - atual	Hamas e Estado de Israel	Agência sofreu boicotes por parte de seus principais financiadores	Sua voz foi minimizada, e sua postura enfraquecida	Protagonismo de países em desenvolvimento pela causa palestina

Fonte: tabela elaborada pelo autor (2024).

Após a análise da tabela, algumas primeiras impressões se destacaram: (i), a de que o posto de Alto Comissário, em sua essência, aparenta ser um cargo impossível de se gerir com completo equilíbrio entre a satisfação da sociedade civil e o agrado aos Estados; (ii) que a postura ativa e de enfrentamento, com o apoio da voz pública, apesar de importante para expor a temática das violações, traz consigo a ameaça de uma incapacidade de se cumprir com seu trabalho e, até mesmo, como já apresentado, de se manter em sua posição; e (iii), que a postura de *quiet diplomacy*, apesar de menos danosa à reputação do representante, da organização e de gerar mais efeitos positivos ao longo prazo é a mais criticada pela sociedade civil.

Para o primeiro ponto observado, Hernandez (2018) menciona em um artigo publicado na Open Global Rights, sobre como o posto mantém como característica esse mandato de difícil abordagem⁵⁴. No artigo, são feitas algumas comparações entre o período de relativo otimismo em relação ao futuro dos direitos humanos e o presente momento, com cada vez mais líderes contrários ao multilateralismo e intolerantes ao papel dos direitos humanos. Mais uma vez, este ponto reforça a ideia de que a temática de direitos humanos incomoda a grande parte dos Estados.

Há ainda, a respeito desta tabela, uma última observação a ser feita: desde seu início, a proposta deste trabalho deixou clara a busca por casos emblemáticos de violações de direitos humanos, não fazendo restrições a países e ou regiões. Contudo, é notável que, quando os Estados são postos sob o holofote do *naming and shaming*, principalmente sob forma mais severa, muitos deles tentam sabotar os mecanismos do sistema internacional. Os Estados Unidos se retiraram do Conselho de Direitos Humanos, a China tentou bloquear a publicação do relatório do ACNUDH, e Israel, junto a outras nações do ocidente, anunciaram boicote ao orçamento da UNRWA.

Não é possível se dizer com certeza que esta é uma prática usual das grandes nações - ou das apadrinhadas por elas -, mas, ao menos nestes casos, os países menores, considerados ausentes de poder e forte influência no sistema internacional, auxiliaram na saudável preservação dos mecanismos internacionais. O cumprimento das regras por seus atores, independentemente de seu tamanho, é fundamental para a garantia da ordem e da estabilidade global, mas nem todos colaboraram com a norma.

54

Disponível

em:

<https://www.openglobalrights.org/The-UN-High-Commissioner-for-Human-Rights-a-difficult-but-do-able-mandate/>. Acesso em: 20. nov. 2024

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além da tabela, que foi adaptada ao longo da gestão Türk, o trabalho concluiu que o papel do Alto Comissário sofre direta influência da forma como ele se comunica. Quando Hussein se manifesta de forma pública, repreendendo Estados e ou indivíduos, a sociedade civil - composta por movimentos sociais, organizações não governamentais e pela própria população - apoia sua decisão, se identificando com as violações e demonstrando contentamento por sua dor ser reconhecida pela alta cúpula da instituição. Por outro lado, os Estados, que são financiadores diretos da organização, não se satisfazem com as denúncias, seja pela falta de decoro utilizado pelo Alto Comissário ou pela possibilidade de serem eles os próximos afetados.

Ao analisar o mandato de Bachelet, foi possível notar uma inversão dessa dinâmica, com os Estados se agradando pela postura diplomática da Alta Comissária e a sociedade civil a repreendendo, não apenas por acreditar que o “cale-se” imposto à Hussein foi efetivado, como também por crerem que suas violações não mais significam algo para a organização. Hernandez, em 2018, ressalta: [...] “por quanto tempo é possível erguer a voz contra quem paga o seu salário e de toda a sua equipe?” (Estadão, 2018).

Uma outra conclusão obtida com a pesquisa foi a de que, não necessariamente os métodos de Hussein se sobrepõem aos de Bachelet, pois, quando analisados do âmbito diplomático, o dever do posto deve ser o de resolução de problemas e não o de cativar o público. As medidas de Hussein, ainda que importantes para dar luz às perspectivas dos violados, não aceleraram as resoluções propostas pelos Estados, na verdade, o embate diplomático proporcionado por suas discussões muitas vezes as atrasou.

Bachelet, nesse quesito, proporciona à sociedade civil questões mais avançadas e resoluções não apenas mais sólidas como também mais rápidas. A diplomacia da ex-presidente, além de eficaz, cumpre com os objetivos do cargo, não visando sua glorificação, mas a diminuição do sofrimento da população afetada. Esse comportamento possui precedentes dentro da organização e já foi desenvolvido por outros Alto Comissário(a)s, como Ayala Lasso, e Louise Arbour. O primeiro foi o grande responsável por fomentar e garantir princípios básicos ao cargo, como o direcionamento de um orçamento adequado e de pessoal especializado, já Arbour, possibilitou a ampliação de todo o trabalho da instituição, e auxiliou no respaldo e na manutenção de sua credibilidade junto a outras instâncias da ONU.

Cabe, portanto, a ideia de que o uso da diplomacia discreta ou *quiet diplomacy*, não representa, como era pensado pela sociedade civil, no início da gestão de Bachelet, uma efetivação do “cale-se” imposto à Hussein, mas sim, uma forma de proporcionar o andamento das resoluções. Ou seja, a diplomacia discreta vem à tona não por ser um método mais fraco em eficiência, mas para aliviar as inúmeras pressões que decorrem de um posto tão complexo.

Uma terceira questão abordada pela pesquisa foi a de que países ricos e ou hegemonias do sistema internacional desafiam cada vez mais as medidas estabelecidas pela organização, que foi criada e especializada com o objetivo de reduzir conflitos e o sofrimento da população alheia. Países pequenos, como os abordados anteriormente, não possuem tanto espaço e corpo político para manobras como essa, acarretando, muitas vezes, na obediência às recomendações propostas, e de certa forma, na saudável preservação do sistema internacional.

Devido ao recente histórico de Volker Türk, ainda não é possível traçar - ao menos da mesma forma que seus antecessores -, uma linha do tempo direta e segura, que elabora a causa e consequência de seus atos, mesmo com sua gestão ocorrendo sob a égide de dois dos principais conflitos armados da atualidade: a Guerra na Ucrânia e o conflito entre Israel e Hamas. Porém, a conclusão obtida até o momento é a de que, devido à falta de um passado com reconhecimento de grande porte - como o de seus antecessores - Türk enfrenta certa resistência ao dar seu parecer sob respectivas questões, associando-o a alguém não tão legitimado quanto os antigos ocupantes do cargo, ainda mais quando acrescido a ideia de que as grandes potências já não se importam mais com ordem internacional. Seu viés humanitário, que tanto o destaca, pode ainda ser usado contra sua personalidade, uma vez que ao não nomear (ou não acusar) infratores, o Alto Comissário se compromete com o desagrado de causas da sociedade civil, tal qual sua antecessora Michelle Bachelet.

Esta pesquisa abordou diversas questões, que vão desde influências na balança de poder até o limite da atuação da voz pública, perpassando ainda pelas recompensas e reconhecimentos de uma parcela do sistema internacional e pelo efetivo papel das instituições e do Alto Comissariado. Contudo, outras questões acabaram por ficar em aberto, como (i) o porquê de Estados continuarem financiando a organização mesmo quando esses são enfrentados por ela, (ii) qual o efetivo papel da denúncia na mudança de comportamento no Sistema Internacional, e ainda, (iii) até quando vale a pena, no ponto de vista dos Estados, enfrentar os constrangimentos internacionais provocados por representantes adeptos ao *naming and shaming*, como Hussein.

Devido à complexidade do *naming and shaming*, acredita-se que, para responder a algumas dessas perguntas em aberto, será necessário analisar e se aprofundar ainda mais a respeito de uma outra temática: o orçamento anual disponível para a ONU. Logo, para que uma pesquisa possa atingir um patamar ainda mais consolidado nesta área, ela se comprometeria também a entender como a organização sobrevive financeiramente, quem são os países ou entidades que mais fazem doações, se o dinheiro doado é destinado a uma função específica - também chamado de *Earmarked money*⁵⁵ -, e se o ato de nomear ou envergonhar vem influenciando e/ou sufocando a organização de alguma maneira. Para isso, seria analisada a variação do orçamento (se houver) de Zeid Ra'ad Hussein até Volker Türk, através dos relatórios orçamentários - conhecidos como *Budget Reports*⁵⁶ - e de outros relatórios disponibilizados com o objetivo de aumentar a captação financeira.

A complexidade do próprio orçamento da ONU e a dificuldade no encontro de mecanismos e ferramentas que apontem para valores sólidos e que possam ser confirmados, ainda mais com a alteração de gestões, é mais um desafio a ser somado. No entanto, é válido mencionar que o estudo a respeito do orçamento da ONU e, principalmente, a fração direcionada ao ACNUDH/ACNUDH é extremamente significativo.

Todas são perguntas muito importantes e valiosas para o perfeito entendimento da infraestrutura do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos, do seu sustento em pleno âmbito do direito internacional - reconhecido por sua incapacidade de aplicar sanções -, e pelo entendimento da ordem de poder e influência entre Estado e Sociedade civil, mas que não serão respondidas por agora, ficando, portanto, como recomendação para próximas pesquisas.

⁵⁵ Segundo o Cambridge Dictionary, o termo *earmark* se refere à “Manter ou pretender algo (nesse caso, dinheiro) para um propósito específico”. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/earmarking>. Acesso: 01 ago. 24.

⁵⁶ Um relatório orçamentário é uma imagem financeira de um negócio ou projeto durante um período específico e tempo. Através dele, é possível observar ganhos e perdas financeiras, e flutuações na captação de recursos.

REFERÊNCIAS

Ação pelos Direitos Humanos. **PACTO GLOBAL**. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/plataformas-de-acao/acao-pelos-direitos-humanos>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Altos Comissários anteriores. **ONU**. 2023. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/es/about-us/high-commissioner/past>>. Acesso em: 15 set. 2024.

ALSTON, Philip; MEGRET, Frederic, **The United Nations and Human Rights**. Oxford: Oxford University Press, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/law/9780198298373.001.0001>>. Acesso em: 20 de novembro. 2024.

Bachelet diz sentir “pena pelo Brasil” após polêmica com Bolsonaro. **El País**. 22 de Setembro de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/22/politica/1569180175_338668.html>. Acesso em 15 set. 2024.

Bachelet encerra visita à China destacando complexidade da situação de direitos humanos. **Onu News**. 28 de Maio de 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/05/1790742>>. Acesso em: 15 set. 2024.

Bachelet pede fim das violações de direitos humanos na Venezuela. **ACNUDH**. Disponível em: <<https://acnudh.org/pt-br/bachelet-pede-fim-das-violacoes-de-direitos-humanos-na-venezuela/>>. Acesso em: 12 out. 2024.

Bachelet pede que Venezuela ponha fim às graves violações de direitos humanos no país. **ONU Brasil**. 4 de Julho de 2019. Disponível em: <<https://acnudh.org/pt-br/bachelet-pede-fim-das-violacoes-de-direitos-humanos-na-venezuela/>>. Acesso em 18 set. 2024.

Bachelet to conduct official visit to China, 23-28 May 2022. **ACNUDH**. 20 de Maio de 2022. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/05/bachelet-conduct-official-visit-china-23-28-may-2022>>. Acesso em: 15 set. 2024.

BARTHE, Benjamin. Zeid Ra'ad Al-Hussein, le chevalier blanc des Nations unies. **Le Monde**. 29 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/proche-orient/article/2017/09/30/zeid-ra-ad-al-hussein-le-chevalier-blanc-des-nations-unies_5193994_3218.html>. Acesso em 15 set. 2024.

Bernardi. Bruno Boti; Roriz, João. Para além do modelo espiral: o impacto de normas e pressões internacionais de direitos humanos - **Boletim Lua Nova - CEDEC**. Disponível em: <<https://boletimluanova.org/para-alem-do-modelo-espiral-o-impacto-de-normas-e-pessoes-internacionais-de-direitos-humanos/>>. Acesso em: 12 out. 2024.

Bolsonaro ataca Bachelet e o pai dela, militar que se opôs a golpe de Pinochet no Chile. **O GLOBO**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-ataca-bachelet-o-pai-dela-militar-que-se-opos-golpe-de-pinochet-no-chile-23925982>>. Acesso em: 8 set. 2024.

BORGER, Julian. China's treatment of Uyghurs may be crime against humanity, says UN human rights chief. **The Guardian**. 01 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2022/aug/31/china-uyghur-muslims-xinjiang-michelle-bachelet-un>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BORGER, Julian. South Africa launches case at UN court accusing Israel of genocide. **The Guardian**. 29 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2023/dec/29/south-africa-accuses-israel-of-committing-genocide-in-gaza>>. Acesso em: 08 set. 2024.

Brasil perdeu espaços democráticos e discurso público dá legitimidade a execuções, diz titular da ONU para direitos humanos. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/04/onu-alerta-para-uma-reducao-do-espaco-democratico-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

CANÇADO, Antônio Augusto Trindade. Princípios do direito internacional contemporâneo. 2. ed. rev. atual. Brasília: **FUNAG**, 2017. 463 p. ISBN 978-85-7631-720-3. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/principios-do-direito-internacional-2017.pdf>. Acesso em: 08 de set. 2024.

Chefe de direitos humanos da ONU inicia visita à China. **Deutsche Welle**. 25 de Maio de 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/chefe-de-direitos-humanos-da-onu-inicia-visita-%C3%A0-china/a-61909786>>. Acesso em: 15 set. 2024.

CLAPHAM, Andrew. **The High Commissioner for Human Rights. The United Nations and Human Rights**, United Kingdom, n. 2, p. 667-707, 2020.

CLAPHAM, Andrew. Creating the High Commissioner for Human Rights: the outside story. **European Journal of International Law**, v. 5, 1994, p. 556-568

Comentário do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos Volker Türk sobre o Brasil. **ACNUDH**. Disponível em: <<https://acnudh.org/pt-br/comentario-do-alto-comissario-das-nacoes-unidas-para-os-direitos-humanos-volker-turk-sobre-o-brasil/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Comment by UN High Commissioner for Human Rights Volker Türk on Brazil. **OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS**, 6 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/statements/2023/01/comment-un-high-commissioner-human-rights-volker-turk-brazil>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Como começou o conflito entre Israel e palestinos. **CNN**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/como-comecou-o-conflito-entre-israel-e-palestinos/>>. Acesso em 08 set. 2024.

CUMMING-BRUCE, Nick; SENGUPTA, Somini. Zeid Ra'ad al-Hussein, Top Human Rights Official, Won't Seek a Second Term. **THE NEW YORK TIMES**. 14 de Dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/12/20/world/un-human-rights-al-hussein.html>>. Acesso em: 15 de set de 2024.

Declaração Balfour, as 67 palavras que há 100 anos mudaram a história do Oriente Médio. **BBC**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-41842505>>. Acesso em: 08 set. 2024.

Declarações de Bolsonaro em resposta a Michelle Bachelet geram críticas. **G1**. 04 de set de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/04/declaracoes-de-bolsonaro-em-resposta-a-michelle-bachelet-geram-criticas.ghtml>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Diplomat Türk soll UNO-Menschenrechtschef werden. **WIENER ZEITUNG**, 8 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.wienerzeitung.at/nachrichten/politik/welt/2160962-Diplomat-Tuerk-soll-UNO-Menschenrechtschef-werden.html>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Diplomat Volker Türk - Österreicher soll UNO-Menschenrechtschef werden. **KRONE.AT**. Disponível em: <<https://www.krone.at/2802462>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Diplomata austríaco Volker Türk é nomeado alto comissário da ONU para os Direitos Humanos. **O Globo**. 08 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.com/mundo/noticia/2022/09/guterres-indicara-austriaco-volker-turk-como-alto-comissario-de-direitos-humanos-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 10 ago. 2024.

EBBIGHAUSEN, Rodion. Aung San Suu Kyi, de ícone democrático a pária internacional. **DEUTSCHE WELLE**. 01 de Janeiro de 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/aung-san-suu-kyi-de-%C3%ADcone-democr%C3%A1tico-a-p%C3%A1ria-internacional/a-56407473>> Acesso em: 14 ago. 2024.

FARGE, Emma. Áustria's Turk proposed to be next UN human rights chief. **REUTERS**, 8 set. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/austrias-turk-proposed-be-next-un-human-rights-chief-2022-09-08/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FORTHOMME, Claude. Human Rights: Volker Türk, the Right Man. **IMPAKTER**, 11 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://impakter.com/human-rights-volker-turk-right-man/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FOULKES, I. Volker Türk: “Precisamos colocar os direitos humanos no centro de nossas vidas”. **Swiss Info**. Disponível em: <<https://www.swissinfo.ch/por/economia/volker-tuerk-a-mensagem-%c3%a9-a-centralidade-dos-direit-os-humanos/49031928>>. Acesso em: 8 set. 2024.

FRANKLIN, James C. Human rights naming and shaming: International and domestic processes. In: **The Politics of Leverage in International Relations**. Palgrave Macmillan, London, 2015. p. 43-60.

HAFNER-BURTON, Emilie M. Sticks and Stones: naming and shaming the human rights enforcement problem. **International Organization**, [S.L.], v. 62, n. 4, p. 689-716, out. 2008. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818308080247>

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. Chefe de Direitos Humanos da ONU prefere sair a ter que se calar. **Estadão**. 15 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/chefe-de-direitos-humanos-da-onu-p-refere-sair-a-ter-que-se-calar/>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. **O alto comissário das Nações Unidas para os direitos humanos e seu escritório: criação e desenvolvimento institucional (1994-2014)**. 2015. 1 recurso online (483 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

Hernandez, Matheus de Carvalho. The UN High Commissioner for Human Rights: a difficult but do-able mandate. **OPEN GLOBAL RIGHTS**. Abril de 2018. Disponível em: <<https://www.openglobalrights.org/The-UN-High-Commissioner-for-Human-Rights-a-difficult-but-do-able-mandate/>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Human Rights Defenders and Experts Share Priorities for High Commissioner Volker Türk. **INTERNATIONAL SERVICE FOR HUMAN RIGHTS**, 18 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://ishr.ch/latest-updates/human-rights-defenders-and-experts-share-priorities-for-high-commissioner-volker-turk/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Hungary demands UN human rights chief resign. **Deutsche Welle**. 27 de Fevereiro de 2018 Disponível em: <<https://www.dw.com/en/hungary-demands-resignation-of-un-human-rights-chief/a-42751804>>. Acesso em: 15 set. 2024.

Imagens de iluminação noturna por satélite mostram que China expandiu prisões de segurança máxima no Tibete. **O GLOBO**. 27 de Julho de 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/27/imagens-de-iluminacao-noturna-por-satelite-mostram-que-china-expandiu-prisoas-de-seguranca-maxima-no-tibete.ghtml>>. Acesso em 18 set. 2024.

ISH-HURWITZ, Yoni. Who is Volker Türk? **UNIVERSAL RIGHTS**, 12 de setembro de 2022. Disponível em: <<https://www.universal-rights.org/by-invitation/who-is-volker-turk/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. Transnational advocacy networks in international and regional politics*. **International Social Science Journal**, v. 68, n. 227-228, p. 65–76, mar. 2018.

KIRBY, Jen.; GUYER, Jonathan. Putin's invasion of Ukraine, explained. **Vox**. Disponível em: <<https://www.vox.com/2022/2/23/22948534/russia-ukraine-war-putin-explosions-invasion-explained>>. Acesso em: 08 set. 2024.

LATSCHAN, Thomas. Mar Negro: o valor geoestratégico de uma região em disputa. **DW**. 13 de agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/mar-negro-o-valor-geoestr%C3%A1gico-de-uma-regi%C3%A3o-em-disputa/a-66521817>>. Acesso em: 08 de ago. 2024.

Lavrov: If West accepts coup-appointed Kiev govt, it must accept a Russian Crimea. **RT**. Disponível em: <<http://rt.com/news/lavrov-crimea-ukraine-west-181/>>. Acesso em: 8 set. 2024.

LEÓN, Lucas Pordeus. Abastecimento de água via Israel é cortado na Faixa de Gaza, diz ONU. **Agência Brasil**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/abastecimento-de-agua-israel-e-cortado-na-faixa-de-gaza-diz-onu#:~:text=O%20%C3%BAnico%20abastecimento%20de%20%C3%A1gua>>. Acesso em 08 set. 2024.

LEONARD, Peter. IMF offers Ukraine up to \$18 billion in loans. **Yahoo**. Disponível em: <<http://news.yahoo.com/imf-offers-ukraine-18-billion-loans-082715644.html>>. Acesso em: 8 set. 2024.

LYNCH, Colum. U.N. Human Rights Chief To Leave, Citing ‘Appalling’ Climate for Advocacy. **Foreign Policy**. 20 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2017/12/20/u-n-human-rights-chief-to-leave-citing-appalling-climate-for-advocacy/>>. Acesso em: 18 set. 2024.

LYNCH, Colum. Who is Volker Türk? Guterres picks confidante for human rights chief. **DEVEX**, 8 set. 2022. Disponível em: <<https://www.devex.com/news/who-is-volker-turk-guterres-picks-confidante-for-human-rights-chief-103965>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

MERTUS, Julie. **The United Nations and human rights: a guide for a new era**. New York: Routledge, 2009. Disponível em: <https://www.routledge.com/The-United-Nations-and-Human-Rights-A-Guide-for-a-New-Era/Mertus-Mertus/p/book/9780415491402?srsId=AfmBOooE47xP483g9wT4iD5ChaDjW0lgJ_22gdyIp70IUVAKesLdOurT>. Acesso em: 20. nov. 2024.

Michelle Bachelet Jara. **Biblioteca del Congreso Nacional de Chile**. 2022. Disponível em: <https://www.bcn.cl/historiapolitica/resenas_biograficas/wiki/Michelle_Bachelet_Jeria>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Michelle Bachelet. **ONU Mulheres**. 2023. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/sobre-michelle-bachelet/>>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MILES, Tom. U.N. human rights chief calls Hungarian PM Orban a racist. **Reuters**. 06 de Março de 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/uk-hungary-un-idAFKCN1GI272>> . Acesso em: 15 set. 2024.

Mr. Volker Türk of Austria - Assistant Secretary-General for Strategic Coordination, the Executive Office of the Secretary-General. **SECRETÁRIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS**, 18 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/personnel-appointments/2019-04-18/mr-volker-t%C3%BCrk-of-austria-assistant-secretary-general-for-strategic-coordination-the-executive-office-of-the-secretary-general>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

NEBEHAY, Stephanie. Trump says the U.N. not living up to its potential. REUTERS, 12 out. 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-usa-election-trump-un-idUSKCN12C0UE>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Nicolás Maduro disse que vai “levar a sério” recomendações de Michelle Bachelet para crise na Venezuela. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/21/apos-encontro-com-juan-guaido-michelle-bachelet-s-e-reune-com-nicolas-maduro-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 12 out. 2024.

Nobel da Paz Aung San Suu Kyi é condenada a mais três anos de prisão em Mianmar. **G1**. 29 de Setembro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/09/29/nobel-da-paz-aung-san-suu-kyi-e-condenada-a-mais-tres-anos-de-prisao-em-mianmar.ghtml>> Acesso em: 15 ago. 2024.

O que é a Corte Internacional de Justiça e por que é importante?. **ONU News**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2024/01/1826092>>. Acesso em: 08 set. 2024.

ONU faz novas denúncias de execuções extrajudiciais e torturas na Venezuela. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/09/10/onu-faz-novas-denuncias-de-execucoes-extrajudiciais-e-torturas-na-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 12 out. 2024.

Onu não descarta genocídio de Rohingya em Mianmar. **Folha de S. Paulo**. Dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1940730-onu-nao-descarta-genocidio-de-rohingyas-em-mianmar.shtml>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Organização das Nações Unidas. **Resolução 48/141**. 7 de Janeiro de 1994. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/012/56/PDF/N9401256.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 18 set. 2024.

Our Common Agenda: A Plan for the People by the UN System. **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**, 10 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/?_gl=1*1qce6yx*_ga*MTA4NDgxMzM1Ni4xNjY2NTU0MzMw*_ga_TK9BQL5X7Z*MTY3MDYxNDEyNC4yLjEuMTY3MDYxNDYzNi4wLjAuMA>. Acesso em: 30 ago. 2024.

PLOTON, Vincent. What Does Civil Society Want From the New UN Rights Commissioner? **PASSBLUE**, 22 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.passblue.com/2022/12/22/what-does-civil-society-want-from-the-new-un-rights-commis>>

[sioner/?utm_source=PassBlue+List&utm_campaign=925808a461-RSS_PassBlue&utm_medium=email&utm_term=0_4795f55662-925808a461-55001125](#)>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Preocupação com os direitos humanos palestinos e israelenses não é um "libelo de sangue", declara Türk. **OHCHR**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/opinion-editorial/2024/01/concern-about-palestinian-and-israeli-human-rights-not-blood-libel-turk>>. Acesso em: 08 set. 2024.

PRESTON, J. FIRST U.N. COMMISSIONER FOR RIGHTS PROVES LOW KEY. **WASHINGTON POST**. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1994/12/27/first-un-commissioner-for-rights-proves-low-key/0c601c45-0c45-4765-844a-5ab3306b8f1c/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Quem é Aung San Suu Kyi, a Nobel da Paz condenada a prisão após golpe militar em Mianmar. **G1**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/04/27/quem-e-aung-san-suu-kyi-a-nobel-da-paz-condenada-a-prisao-apos-golpe-militar-em-mianmar.ghtml>>. Acesso em: 11. nov. 2024

Quem são os rohingyas, povo muçulmano que a ONU diz ser alvo de limpeza étnica. **BBC**. 13 de Setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41257869>> . Acesso em: 14 ago. 2024.

Reconhecimento. **UNIVERSIDADE DE GRAZ**, 13 de maio de 2016. Disponível em: <<https://rewi.uni-graz.at/de/neuigkeiten/detail/article/anererkennung-3/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Rohingya Refugee crisis explained. **UN Refugee**. 23 de Agosto de 2023. Disponível em: <<https://www.unrefugees.org/news/rohingya-refugee-crisis-explained/>>. Acesso em: 18 set. 2024.

Rússia planeja fechar escritório de direitos humanos da ONU no país. **Folha de S. Paulo**. 10 de Março de 2016. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/mundo/2016/03/1748398-russia-indica-fechamento-de-escritorio-de-direitos-humanos-da-onu-no-pais.shtml?cmpid=menupe>>. Acesso em 18 set. 2024.

SANA NOOR HAQ; RAHIMI, R. Palestinos comem grama e bebem água poluída enquanto fome se espalha em Gaza. **CNN**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/palestinos-comem-grama-e-bebem-agua-poluída-enquanto-fome-se-espalha-em-gaza/>>. Acesso em: 8 set. 2024.

Secretário-geral da ONU nomeia Michelle Bachelet alta comissária de direitos humanos. **G1**. 08 de agosto de 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/08/secretario-geral-da-onu-nomeia-michelle-bachelet-alta-comissaria-de-direitos-humanos.ghtml>>. Acesso em: 05 jul. 2024.

SENGUPTA, Somini. Russia Vetoes U.N. Resolution on Crimea. **The New York Times**. 15 de março de 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/03/16/world/europe/russia-vetoes-un-resolution-on-crimea.html>.

Acesso em: 08 de ago. 2024.

SULLIVAN, Tim. Russian troops take over Ukraine's Crimea region. **Yahoo**. Disponível em: <<http://news.yahoo.com/russian-troops-over-ukraines-crimea-region-200052097.html>>. Acesso em: 8 set. 2024.

THORPE, Nick. The man who thinks Europe has been invaded. **BBC**. 06 de Abril de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.co.uk/news/resources/idt-sh/Viktor_Orban>. Acesso em: 15 set. 2024.

TIBET NETWORK. 230 Rights groups demand resignation of UN High Commissioner for Human Rights. 08 de junho de 2022. Disponível em: <<https://tibetnetwork.org/230-rights-groups-demand-resignation-of-un-high-commissioner-for-human-rights/>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Tribunal da ONU analisa acusação contra Mianmar sobre possível genocídio do povo Rohingya. **ONU Brasil**. 13 de Dezembro de 2019. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/84771-tribunal-da-onu-analisa-acusação-contra-mianmar-sobre-possível-genocídio-do-povo-rohingya>>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. O processo preparatório da Conferência Mundial de Direitos Humanos: Viena, 1993. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 36, n. 1, 1993a, p. 1-45.

Türk pede fim da "carnificina" em Gaza. OHCHR. 29 de fevereiro de 2024. **OHCHR**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2024/02/turk-calls-end-carnage-gaza>>. Acesso em: 08 set. 2024.

UN human rights office appoints new Europe chief. **NOTÍCIAS DA ONU**, 12 set. 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2022/09/1126291/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

UN rights chief concludes China trip with promise of improved relations. **ONU News**. 28 de Maio de 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2022/05/1119302>>. Acesso em: 15 set. 2024.

UN 's core values guide Volker Türk' s career at UNHCR. **ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS**, 15 jul. 2019. Disponível em:

<<https://www.unhcr.org/news/stories/2019/7/5d2c4f444/uns-core-values-guide-volker-turks-career-unhcr.html>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Universidade de Graz atribui prêmio de direitos humanos à Volker Türk. **STEIERMARK**, 8 fev. 2023. Disponível em: <<https://steiermark.orf.at/v2/news/stories/2774268/>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Vários países cortam verba de agência da ONU para palestinos. **DW**. 27 de Janeiro de 2024. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/v%C3%A1rios-pa%C3%ADses-cortam-verba-de-ag%C3%Aancia-da-onu-para-palestinos/a-68102167>>. Acesso em: 08 set. 2024.

Volker Türk. **Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/about-us/high-commissioner/volker-turk>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Zeid preocupado com repressão a advogados e ativistas na China. **ONU News**. 16 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/audio/2016/02/1163311>>. Acesso em 18 set. 2024.

Zeid Ra'ad Al Hussein. **ONU**. 2023. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/about-us/high-commissioner/past/zeid-raad-al-hussein>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Zeid Ra'ad Al Hussein. **The Elders**. Abril de 2023. Disponível em: <<https://theelders.org/profile/zeid-raad-al-hussein>>. Acesso em 18 set. 2024.